



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 040/2022

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ (CREA-PR), Autarquia Federal nos termos da Lei n.º 5.194/66, dotada de personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.639.384/0001-59, UASG n.º 389088, com Sede na Rua Dr. Zamenhof, n.º 35, Alto da Glória, Curitiba - PR, torna pública a realização de licitação sob a regência da Lei n.º 8.666/93, da Lei Complementar n.º 123/2006 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com vistas à **prestação de serviços de engenharia para elaboração de estudos técnicos e projetos básico e executivo de eficiência energética, visando à reforma de edificações destinadas às Sedes Regionais do CREA-PR.**

SETOR REQUISITANTE: SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

LOCAIS PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: sítio do CREA-PR na internet: www.crea-pr.org.br (opções: sociedade, licitações em andamento); ou pessoalmente junto à Sede Estadual do CREA-PR.

LIMITE PARA ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: 23/AGOSTO/2022, às 08h30min.

SESSÃO DE ABERTURA: 23/AGOSTO/2022, às 09h00min.

LOCAL DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: CREA-PR/Sede Estadual, localizada na Rua Dr. Zamenhof, n.º 35 - Alto da Glória, Curitiba – PR, CEP 80.030-320.

LOCAL DAS SESSÕES PÚBLICAS DE ABERTURA E ANÁLISE DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: CREA-PR/Sede Estadual, localizada na Rua Dr. Zamenhof, n.º 35 - Alto da Glória, Curitiba – PR, CEP 80.030-320.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

1 OBJETO

Constitui objeto desta licitação a prestação de serviços de engenharia para elaboração de estudos técnicos e projetos básico e executivo de eficiência energética - utilizando tecnologia BIM (*Building Information Modeling*) e com a obtenção de Etiquetagem ENCE Geral – visando à reforma de edificações destinadas às Sedes Regionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1** Poderão participar desta licitação apenas pessoas jurídicas que preencham as condições de habilitação especificadas neste Edital.
- 2.2** A licitante deverá apresentar 02 (dois) envelopes fechados e invioláveis até a data da sua apresentação e abertura em sessão pública, cada um deles contendo as seguintes inscrições:

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
ENVELOPE N.º 01
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2022 CREA-PR

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
ENVELOPE N.º 02
PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2022 CREA-PR

- 2.3** Para aferição do horário de entrega dos envelopes, será considerado o anotado no protocolo de registro de entrega de documentação do CREA-PR.
- 2.4** Em hipótese alguma será concedido prazo suplementar para apresentação dos envelopes, ou permitida a sua alteração ou substituição do conteúdo, ou ainda, a correção do que constar nos documentos e propostas.
- 2.5** Não serão aceitos envelopes abertos e propostas ou documentos via *e-mail*.
- 2.6** Na hipótese de o licitante optar por enviar os envelopes via Correio, independentemente da data de postagem, o CREA-PR não se responsabilizará por eventuais falhas na entrega e/ou protocolo, não sendo dado à licitante, neste caso, qualquer garantia de participação nesta licitação.
- 2.7** É vedada a participação da licitante que:
- Esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CREA-PR ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação (art. 87, III e IV, da Lei n.º 8.666/93);
 - Esteja impedida de licitar e contratar com a União durante o prazo da sanção;
 - For estrangeira e não esteja autorizada a funcionar no País;
 - Seja consorciada, qualquer que seja a forma de constituição;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- e) Integre um mesmo grupo econômico, assim considerado aquele que tenha diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, todos com vistas à promoção de fraude ou conluio, assim entendido, dentre outros ardis, a intenção de usufruir indiretamente dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, situação esta que desclassificará todas as propostas assim enquadradas;
- f) O objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto licitado;
- g) Haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
 - i) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação no CREA-PR; ou
 - ii) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do CREA-PR.
- h) O representante legal, o responsável técnico ou qualquer integrante da participação societária possua vinculação, direta ou indireta, com o CREA-PR, a exemplo de empregados, conselheiros e inspetores;
- i) O responsável técnico ou qualquer integrante da participação societária seja o autor ou coautor do projeto básico.

2.7.1 Para fins de comprovação do atendimento das alíneas “a”, “b” e “h”, adicionalmente aos documentos exigidos para habilitação, serão efetuadas as seguintes diligências pela Comissão Permanente de Licitações - CPL, todas visando comprovar a regularidade da licitante junto ao/à:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, conforme o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por intermédio do site http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Relação de inidôneos (em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, também conforme o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992), mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, disponível por meio do endereço eletrônico: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>;
- c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, acessível por intermédio do endereço eletrônico <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível mediante consulta no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- e) Cadastros de servidores, Conselheiros e Inspetores do CREA-PR.

2.7.1.1 As comprovações previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” poderão ser obtidas de forma centralizada, mediante consulta ao endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

2.7.1.2 Uma vez constatada a existência de registros que impeçam a participação ou a futura contratação, a licitante será inabilitada, sem prejuízo à aplicação da sanção correspondente.

2.7.1.3 Os registros de ocorrências impeditivas indiretas, obtidos mediante o cruzamento de informações cadastrais no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), serão avaliados oportunamente pela Comissão Permanente de Licitações - CPL, procedendo-se da seguinte forma:

- a) Verificada a existência de ocorrências impeditivas indiretas em nome da licitante melhor classificada, e estando regular toda a sua documentação de habilitação, antes de declará-la habilitada, a CPL interromperá a sessão para que, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a licitante apresente seus esclarecimentos.
- b) Após a análise das razões apresentadas ou transcurso do prazo sem manifestação, a CPL divulgará a análise e julgamento ou determinará a data e hora para reabertura da sessão pública e continuidade do certame, conforme o caso.
- c) A licitante deverá anexar seus esclarecimentos e tantos documentos comprobatórios quantos julgar necessários.
- d) A licitante será declarada habilitada caso comprove de maneira inequívoca ao caso concreto, a inaplicabilidade do Acórdão n.º 2.115/2015 – TCU – Plenário.

2.7.1.4 Os endereços eletrônicos informados poderão ser substituídos a critério do respectivo mantenedor. Portanto, será considerado, para todos os efeitos, o endereço eletrônico que eventualmente venha a substituir os indicados neste instrumento.

2.7.1.5 Para os fins do disposto no subitem 2.7, alínea “g”, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF n.º 13, art. 5º, inciso V, da Lei n.º 12.813/2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203/2010).

2.8 Os interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas.

2.9 A entrega e protocolo das propostas deverão ser realizados exclusivamente no endereço constante no preâmbulo deste Edital. A CPL não se responsabiliza pelo meio de entrega das propostas escolhido pela licitante, que deverá tomar as medidas julgadas necessárias ao acompanhamento e protocolo dos documentos exigidos nesta licitação com prazo hábil à sua participação.

3 DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N.º 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

3.1 O envelope n.º 1 **deverá conter** para a **habilitação** da licitante, os seguintes documentos:

3.1.1 Habilitação jurídica:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b) Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - c) Sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 3.1.1.1** Na hipótese dos documentos não serem substituídos pela respectiva Certidão Simplificada, estes deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação, se for o caso.
- 3.1.2** Regularidade fiscal e trabalhista: cadastro da interessada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, contendo as seguintes indicações de regularidade de débito ou de situação, conforme o caso:
- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - b) Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
 - c) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Municipais do domicílio ou sede da licitante (a comprovação deve abranger os tributos mobiliários e os imobiliários);
 - d) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Estaduais do domicílio ou sede da licitante;
 - e) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
 - f) Certificado de Regularidade de Situação, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
 - g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (ou positiva com efeito de negativa), conforme prescreve a Lei n.º 12.440/2011 e o inciso V do art. 29 da Lei n.º 8.666/1993, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho por meio do endereço eletrônico www.tst.jus.br/certidao.
- 3.1.2.1** Na hipótese do cadastro junto ao SICAF não conter e/ou indicar informação vencida, será admitida a sua validação, se for entregue juntamente com o referido cadastro (dentro do envelope lacrado) a comprovação da regularidade do respectivo documento.
- 3.1.3** Qualificação técnica:
- a) Certidão de Registro da PESSOA JURÍDICA que indique estar habilitada a exercer as suas atividades, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado em que possui registro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) Certidão de Registro da PESSOA FÍSICA que relacione o profissional indicado no subitem 3.1.5, alíneas “d” e “e”, como habilitado a exercer as suas atividades, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado em que possui registro.
- c) A qualificação técnico-profissional deve ser comprovada por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, em nome do profissional indicado na alínea anterior, acompanhada do seu respectivo Atestado Técnico. O Atestado Técnico somente será aceito se emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- i. A CAT e o respectivo Atestado Técnico devem conter a coordenação e/ou elaboração de projetos de eficiência energética em plataforma BIM (Building Information Modeling), em edificação a partir de 150 m² de área.
- ii. A CAT deve possuir descrição do serviço em consonância com o respectivo atestado, contendo, no mínimo, os seguintes itens: dados relativos ao projeto (a exemplo de: endereço, área, número de pavimentos, características específicas, entre outras), nome completo, título e número do registro no Conselho profissional competente do profissional em cujo nome foi registrado o documento de Responsabilidade Técnica objeto da certidão.
- iii. Para CAT e Atestado de trabalhos de múltiplas atividades realizadas por equipes multidisciplinares ou consórcios, a licitante deverá apresentar a CAT e o respectivo Atestado Técnico que demonstre detalhadamente a parte que lhe diz respeito. Na impossibilidade de aferir exatamente os serviços realizados, por meio dos documentos apresentados, estes não serão considerados, podendo resultar na inabilitação da licitante.
- 3.1.3.1** Para o atendimento da alínea “a”, na hipótese da licitante ser declarada vencedora, e não possuir visto ou registro no conselho profissional competente do Paraná deverá providenciá-lo antes da assinatura do contrato, sob a pena de serem aplicadas as sanções para inadimplência total.
- 3.1.3.2** Para efeitos da comprovação das disciplinas e da área mínima do objeto exigido na alínea “c” (i), será admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 3.1.4** Qualificação econômico-financeira:
- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo(s) distribuidor(es) competente(s) de onde se encontra instalada a licitante, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.
- b) Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, devendo para tanto, ser apresentado o balanço patrimonial acompanhado dos Índices de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), extraídos diretamente junto ao SICAF ou apresentados por meio de declaração emitida por profissional habilitado.
- 3.1.4.1** Para o atendimento da alínea “a”, na hipótese de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, sob a pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

3.1.4.2 Na hipótese de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices requeridos na alínea “b”, deverá apresentar em substituição, prova de que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo registrado não inferior a 10% (dez por cento) do valor global do objeto, em consonância com o art. 31, §§ 2º e 3º da Lei n.º 8.666/93.

3.1.5 Declarações:

- a) Declaração para fins do disposto no art. 27, V, da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal - **ANEXO II**;
- b) Declaração que a proposta apresentada para a licitação foi elaborada de maneira independente, conforme IN n.º 02/2009 – SLTI – **ANEXO III**;
- c) Declaração que não possui na sua cadeia produtiva, empregado executando trabalho degradante, ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, da Constituição Federal – **ANEXO IV**.
- d) Declaração informando o profissional habilitado no seu respectivo conselho, designado como responsável técnico para a execução do objeto desta licitação e indicado nos subitens **3.1.3**, alínea “b” e **3.1.5**, alínea “e” constando o nome completo e o número de inscrição no Crea, que deverá possuir a seguinte modalidade: engenheiro eletricista.
- e) Declaração contendo o profissional indicado nos subitens **3.1.3**, alínea “b” e **3.1.5**, alínea “d”, por meio da qual concorde, formalmente, com a inclusão de seu nome na equipe e que estará disponível para a execução dos serviços objeto deste certame e propostos pela licitante. A citada declaração deve afirmar ainda que tomou conhecimento de todas as informações necessárias, inclusive das condições locais para a execução do objeto deste Edital - **ANEXO V**.
- f) Declaração contendo a obrigação de comunicar ao CREA-PR a ocorrência de fatos supervenientes e impeditivos à sua habilitação – **ANEXO VI**.

3.1.6 Se for o caso, a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita mediante apresentação da comunicação do registro efetuado pelas Juntas Comerciais ou pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou, ainda, por Certidão em que conste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida pelo órgão de registro competente, tudo conforme art. 4º do Decreto n.º 3.474/2000 e art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.1.6.1 Para a aplicação efetiva do tratamento diferenciado, a CPL poderá realizar consultas e diligências junto ao Portal da Transparência do Governo Federal (que indica os valores recebidos por cada empresa em decorrência de contratos firmados com os órgãos e entidades da Administração Pública Federal e que executam suas despesas pelo SIAFI), objetivando verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas no exercício anterior extrapola o limite



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

3.1.6.2 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar em questão.

3.1.6.3 A participação nesta licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a inabilitação da licitante e a aplicação das sanções previstas para declaração falsa.

- 3.2** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Será admitida a validação das cópias simples com autenticação dos documentos pela CPL, desde que seja apresentado o respectivo original na sessão de abertura dos envelopes de habilitação, ou em data anterior, caso assim a Licitante manifeste interesse.
- 3.3** Documentos copiados em papel térmico, utilizados em fac-símile, não serão aceitos e considerados.
- 3.4** Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa.
- 3.5** Todos os documentos deverão estar em nome da licitante. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.
- 3.6** Recomenda-se que a documentação de habilitação seja apresentada em apenas 01 (uma) via, bem como seja organizada na ordem constante do subitem **3.1** deste Edital.
- 3.7** Uma vez encerrada a fase da habilitação, a licitante se compromete a não mais desistir da proposta até o encerramento do certame, sob as penalidades da lei. Somente por fundamentação - motivo justo decorrente de fato superveniente - é que se poderá liberá-la de continuar no certame.

4 DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N.º 2 - “PROPOSTA DE PREÇO”

- 4.1** A proposta deverá ser elaborada de forma clara e concisa, bem como redigida no idioma pátrio, devendo ser apresentada sem emenda, rasura, entrelinha, ressalva ou borrão. Recomenda-se que todas as páginas estejam numeradas sequencialmente.
- 4.2** A proposta comercial deverá ser entregue em 01 (uma) via firmada pelo representante legal da licitante, que por sua vez deverá ser devidamente identificado.
- 4.3** **A proposta comercial deverá conter** um documento de apresentação dirigida ao CREA-PR, com o número deste Edital, contendo as seguintes informações:
- a) Razão Social, CNPJ e endereço completo, inclusive com o CEP, telefone, e-mail e *homepage* (se existentes);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) Dados da pessoa de contato (nome, RG, CPF, telefones fixo e móvel, e-mail);
 - c) Dados bancários para pagamento (banco, agência, operação e conta);
 - d) Dados do responsável legal que assinaria o contrato (nome, e-mail, RG e CPF);
 - e) Identificação do objeto, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;
 - f) Preço para a execução do objeto (valor global);
 - g) Prazo para a conclusão da execução do objeto compatível com o Projeto Básico;
 - h) Prazo de validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data do ato público de abertura informado no preâmbulo deste Edital.
- 4.4** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, que não originarem motivo para desclassificação no curso do certame, vinculam a Licitante Contratada.
- 4.5** A Licitante Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos preços da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993.
- 4.6** A licitante é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários.
- 4.7** A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o objeto, assumindo a proponente o compromisso de executá-lo nos seus termos, bem como de fornecer todos os insumos, inclusive pessoal, materiais, equipamentos, programas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, a sua substituição.
- 4.8** Para fins de análise da proposta de preço quanto ao cumprimento das especificações do objeto, a critério da CPL, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica do CREA-PR.
- 4.9** Deverão estar inclusas todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos diurnos e noturnos, dominicais e feriados, inclusive encargos trabalhistas e sociais, tributos, seguros, lucro e todas as demais despesas necessárias, de modo que o valor apresentado na proposta comercial constitua a única contraprestação pela execução dos serviços.
- 4.10** O valor global consignado na proposta não sofrerá reajuste de preço, a não ser em caso fortuito ou de força maior, previsto em legislação, sendo nesta hipótese adotado o índice que melhor corrija a distorção apresentada, de acordo com o critério do CREA-PR.
- 4.10.1** O preço ofertado é de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou similares.
 - 4.10.2** É de inteira responsabilidade do proponente a omissão de valor de qualquer serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto da licitação.
 - 4.10.3** Na hipótese de discrepância entre os valores por extenso e algarismos, para efeito de cotejo prevalecerá o primeiro.
 - 4.10.4** Todos os valores deverão ser apresentados de forma precisa, limitada ao objeto do Edital e sem conter alternativas de preço ou condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob a pena de desclassificação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

4.10.5 A proposta apresentada com mais de duas casas decimais no valor total, terá o valor desconsiderado no que exceder a esse limite.

5 DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

5.1 As licitantes que desejarem se manifestar durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

- a) Titular da licitante: cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado dos seguintes documentos, que por sua vez devem comprovar os poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura:
 - i) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - ii) Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - iii) Sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - iv) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- b) Representante designado da licitante: além dos documentos indicados na alínea anterior, deverá apresentar um instrumento particular (**ANEXO VII**) ou público de procuração, com poderes para se manifestar em nome da licitante em qualquer fase da licitação.

5.2 Cada representante legal, credenciado ou não, deverá representar apenas uma empresa licitante.

6 DOS PROCEDIMENTOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.1 No dia, horário e local descritos no preâmbulo deste Edital, na presença de todos interessados, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, reunida em sessão pública, iniciará os trabalhos, recebendo e examinando os invólucros protocolados pelas licitantes no CREA-PR, que serão rubricados pelos integrantes da CPL e pelos representantes credenciados.

6.1.1 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas participarão ativamente apenas os representantes credenciados, não sendo admitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

6.2 Ultrapassado o horário estipulado para entrega, não será recebido qualquer envelope, quer seja referente à habilitação ou à proposta de preços.

6.3 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou complementação da documentação exigida e não inserida nos envelopes. No entanto, a seu exclusivo critério, a CPL poderá solicitar informações ou esclarecimentos adicionais que julgar necessários, em conformidade com o art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 6.4** Após a abertura dos envelopes de habilitação, a CPL submeterá a documentação neles contidos ao exame e rubrica de todos os seus integrantes e, na sequência, aos licitantes credenciados.
- 6.5** A CPL analisará toda documentação apresentada pelos licitantes referente a esta fase processual e divulgará as licitantes habilitadas e inhabilitadas.
- 6.6** A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.
 - b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 6.7** Informadas as participantes do resultado do exame dos documentos dos envelopes de habilitação e após transcurso do prazo recursal, ou na hipótese de haver renúncia expressa ao exercício deste direito, ou ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, a CPL procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.
- 6.8** A CPL apreciará e analisará toda a documentação apresentada pelas licitantes referente a essa fase processual e divulgará as licitantes classificadas e desclassificadas.
- a) Ainda na fase de classificação das propostas, a CPL ordenará as propostas pelo critério do menor preço de acordo com os valores ofertados e, se for o caso, não sendo a melhor proposta de licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, verificará a ocorrência de empate, assim considerada a proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior a mais bem classificada, nos termos do artigo 44, §1º da Lei Complementar n.º 123/2006.
 - b) Verificando-se o empate previsto no artigo 44, §1º da Lei Complementar n.º 123/2006, a CPL abrirá prazo de até 05 (cinco) dias à microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, oportunizando a apresentação de proposta de preço inferior àquela originalmente melhor classificada no certame e, assim, efetuando nova classificação das propostas.
 - c) No caso da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer a preferência prevista na alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem na mesma hipótese, respeitada a ordem classificatória, para exercício do mesmo direito. Não havendo manifestação, será mantida a ordem classificatória inicial.
- 6.9** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontram nos limites estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/06, será aplicado o procedimento previsto no subitem **7.4** deste instrumento visando identificar aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 6.10** Os documentos apresentados serão rubricados pelos integrantes da CPL e pelos licitantes credenciados que se fizerem presentes.
- 6.11** O não comparecimento de um ou mais licitantes não obstará o andamento normal da respectiva fase licitatória.
- 6.12** Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou desclassificadas, a CPL poderá fixar, em cada fase, o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos de habilitação ou novas propostas de preços, escoimadas das respectivas falhas.
- 6.13** A eventual ausência de data, assinatura e/ou rubrica de documentos poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão de abertura dos envelopes.
- 6.14** À licitante inabilitada será devolvido o envelope que contém a respectiva proposta de preços, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou ainda da decisão desfavorável do recurso.
- 6.15** A CPL se reserva ao direito de adiar a abertura dos envelopes de n.º 02, para a análise da documentação de habilitação, convocando as Licitantes participantes para continuidade do certame, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
- 6.16** Das reuniões da CPL serão lavradas atas que serão assinadas por todos os presentes.
- 6.16.1** A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação das licitantes, bem como da classificação e desclassificação, serão efetuadas mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta às licitantes credenciadas e lavrada em ata.
- 6.17** Nos casos em que a licitante não puder mandar um representante legal para a abertura dos envelopes e não tiver o interesse em passar vistas ao processo, poderá mandar, junto aos envelopes das respectivas fases, o Termo de Renúncia conforme modelo constante do **ANEXO VIII**.

7 DO JULGAMENTO

- 7.1** Será considerada a melhor classificada na licitação a licitante habilitada que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, assim entendido como sendo aquele que corresponder ao menor valor total para a execução do objeto, nos termos do art. 6º, VIII, “a”, da Lei n.º 8.666/93, respeitadas as demais condições deste instrumento.
- 7.2** A licitante é a única responsável pelo teor de todos os valores e informações lançados na sua proposta comercial e seus anexos.
- 7.3** Será desclassificada a proposta que:
- Não atender às exigências e/ou apresentar informação contrária ao solicitado neste Edital e/ou seus anexos;
 - Contiver vício insanável ou qualquer ilegalidade;
 - Não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;
 - Contiver preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles cujo valor global seja inferior ao menor dos seguintes valores:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- i. R\$ 275.344,00 (duzentos e setenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais).
- ii. 70% (setenta por cento) da média aritmética dos valores das propostas com valor global superiores a R\$ 196.672,00 (cento e noventa e seis mil seiscentos e setenta e dois reais).

7.3.1 Na hipótese da proposta ser considerada inexequível, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a respectiva licitante demonstre a viabilidade do preço proposto, por meio de documentação que comprove que os seus custos são compatíveis com a execução do objeto do contrato, a exemplo de.

- a) Justificativas e comprovações de que os custos ofertados com indícios de inexequibilidade são compatíveis com os valores praticados no mercado ou por outros órgãos públicos;
- b) Planilha decomposição de preços, justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- c) Acordos, Convenções ou sentenças normativas em Dissídios Coletivos de Trabalho;
- d) Indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- e) Contratos que a proponente já mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas varejistas e/ou fabricantes;
- g) Documentos fiscais de objetos adquiridos ou fornecidos pela proponente;
- h) Soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a execução do objeto.

7.3.1.1 Além do procedimento indicado no subitem anterior, a CPL também poderá efetuar diligências na forma do §3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, promovendo:

- a) Pesquisas junto a órgãos, entidades e empresas públicas, bem como empresas privadas de modo a obter as informações necessárias à comprovação da exequibilidade do valor proposto;
- b) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- c) Pesquisas a Estudos setoriais relativos ao objeto;
- d) O levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

7.4 No caso de empate entre as propostas no valor global, será assegurada, como critério de desempate, preferência à licitante que se enquadrar nas seguintes situações, sucessivamente:

- a) Empresa brasileira;
- b) Licitante que declarar - sob as penas da lei e por meio do representante credenciado presente na sessão de análise e julgamento das propostas de preços - que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213/1991, nos termos do art. 3º, § 2º, inciso V, da Lei n.º 8.666/1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 7.4.1.1** Havendo mais de uma licitante enquadrada simultaneamente nas duas situações previstas no subitem anterior, o desempate dar-se-á exclusivamente por meio de sorteio na respectiva sessão pública.
- 7.5** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste edital.
- 7.6** Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.
- 7.7** Se a proposta de preço não for aceitável, a CPL examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.7.1** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a CPL passar à licitante subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto no subitem **6.8** deste edital.
- 7.8** Será declarada vencedora a licitante que atender a todas as exigências na apresentação do menor preço global para a execução do objeto licitado, e cumprir todos os requisitos de habilitação.
- 7.9** A participação implica na concordância da licitante à conformidade do Projeto Básico que integra este instrumento, sendo processadas nos termos do contrato a sua eventual alteração.

8 DO RECEBIMENTO, DO PAGAMENTO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

- 8.1** O objeto deverá ser executado pela Licitante Contratada, ocasião em que o respectivo Documento Fiscal deverá ser emitido, no prazo, local, quantidades e demais especificações constantes da minuta contratual anexa. Da mesma forma, o recebimento do objeto observará o procedimento previsto na referida minuta.
- 8.2** Os preços propostos serão fixos e irredutíveis durante a execução do objeto desta licitação, salvo na ocorrência das hipóteses indicadas na minuta do contrato a ser firmado.
- 8.3** No interesse do CREA-PR a licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, o acréscimo do valor inicial atualizado da contratação até o limite de 50% (cinquenta por cento), ou a sua supressão até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), exceto este último, que poderá ser ultrapassado na hipótese de acordo entre as partes, tudo com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9 DOS ESCLARECIMENTOS

- 9.1** O pedido de esclarecimento poderá ser efetuado formalmente, sempre dirigido à CPL, em até 02 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para o recebimento dos invólucros contendo os documentos e as propostas, devendo ser protocolado na sede do CREA-PR ou encaminhado via e-mail (licitacao@crea-pr.org.br). Tal pedido deverá discriminar o esclarecimento necessário, o número deste edital, sua modalidade e a identificação completa da licitante interessada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 9.1.1** A resposta por parte da CPL será publicada exclusivamente na *homepage* do CREA-PR, junto ao respectivo edital, de forma que se torne conhecida por todos os eventuais interessados, exceto quando disser respeito à questão individual, situação em que a resposta será encaminhada diretamente ao interessado.
- 9.2** Da mesma forma, eventual alteração deste Edital será comunicada via internet, por intermédio do endereço eletrônico do CREA-PR (www.crea-pr.org.br opções: sociedade, licitações em andamento, junto ao respectivo edital). Se a alteração afetar a formulação das propostas, será reaberto o prazo previsto para a modalidade de licitação, momento em que será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.
- 9.3** Não serão considerados os pedidos de esclarecimento ou informação complementar, se realizados de forma diferente daquela aqui estipulada.
- 9.4** Aos interessados cabe acessar assiduamente o endereço eletrônico indicado no subitem **9.2**, para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e se manterem atualizadas sobre os esclarecimentos referentes a este Edital.
- 9.5** O pedido de esclarecimento não constituirá, necessariamente, motivo para que se altere o momento de recebimento dos documentos de habilitação e das propostas de preços previsto no preâmbulo.

10 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1** A eventual impugnação ao Edital deverá ser dirigida ao Presidente da CPL, mediante a clara e formal identificação da condição ou exigência deste instrumento convocatório que restaria incompatível com a legislação ou, ainda, que poderia viciar o certame.
- 10.1.1** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital:
- a)** O cidadão que não se manifestar em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data estipulada para o recebimento dos envelopes;
 - b)** A licitante que não se manifestar em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data estipulada para o recebimento dos envelopes.
- 10.1.2** Considera-se licitante, para efeito da alínea “b” do subitem anterior, a pessoa jurídica que tenha retirado este Edital por intermédio dos meios indicados no preâmbulo.
- 10.1.3** O pedido de impugnação deverá ser encaminhado via e-mail (licitacao@crea-pr.org.br).
- 10.1.4** O pedido de impugnação deverá conter a qualificação comprovada do subscritor, assim entendida como sendo aquela acompanhada de documento de identidade, ato constitutivo e procuração, se for o caso.
- 10.1.5** A impugnação apresentada em desconformidade com as regras aqui previstas será recebida como mera informação.
- 10.1.6** A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até a decisão a ela pertinente.
- 10.2** Da decisão da CPL caberá recurso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 10.2.1** É facultado a qualquer licitante, através de seu representante legal credenciado no certame, formular observações no transcurso das sessões públicas da licitação, sendo essas transcritas na respectiva ata.
- 10.2.2** A licitante presente que se retirar da sessão antes de ter sido lavrada em ata o seu encerramento (devidamente firmado por todos os demais), será considerada ausente.
- 10.2.3** Para a efetiva interposição de recurso, deverão ser observados os seguintes elementos:
- a) Deverá ser dirigido ao Presidente da CPL;
 - b) Protocolizado em até 05 (cinco) dias úteis contados da publicidade do ato, no horário e local indicado no subitem **10.1.3** deste Edital.
 - c) O recurso deverá ser fundamentado em fatos e/ou legislação;
 - d) O documento deverá ser assinado pelo representante legal do licitante ou por mandatário devidamente munido de instrumento de procuração, que por sua vez deverá seguir anexa.
- 10.2.4** Interposto o recurso, esse será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.
- 10.2.5** Recebida a impugnação, ou esgotado o prazo para tanto, a CPL poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir à autoridade superior devidamente instruído, sendo a decisão comunicada a todos os licitantes.
- 10.2.6** Não serão conhecidos os recursos que estejam em desacordo com o aqui estabelecido, inclusive aqueles eventualmente encaminhados via telefone ou telegrama.
- 10.2.7** Os recursos das decisões referentes à habilitação ou à inabilitação de licitante e ao julgamento das propostas de preços terão efeito suspensivo.
- 10.2.8** Após o processamento do recurso, a sessão seguinte será marcada com no mínimo 03(três) dias úteis de antecedência, se for o caso.

11 DA MORA E DAS SANÇÕES

- 11.1** O atraso na execução do objeto, sem justificativa formal aceita pelo CREA-PR, constitui a Licitante Contratada em mora, sujeitando-a a multa prevista no Contrato.
- 11.2** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CREA-PR, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento do Documento Fiscal, serão calculados por meio da aplicação da fórmula constante da minuta contratual anexa a este Edital.
- 11.3** O inadimplemento total ou parcial sujeitará a Licitante Contratada às multas e demais penalidades previstas no Contrato.
- 11.4** Comete infração a licitante ou adjudicatária que:
- a) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - b) Apresentar documentação falsa;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - e) Não manter a proposta;
 - f) Cometer fraude fiscal;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo.
- 11.5** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação.
- 11.6** A licitante ou adjudicatária que cometer qualquer das infrações constantes do subitem **11.4** deste Edital ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CREA-PR;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da global da proposta;
 - c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CREA-PR, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CREA-PR.
- 11.6.1** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.7** Na hipótese de ser constatado, durante o processo de aplicação de penalidades, indícios de prática de infração tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade, serão remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e providências que o caso exigir.
- 11.8** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
- 11.9** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CREA-PR, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.10** As sanções por atos praticados no decorrer da execução do objeto estão previstas na minuta do Contrato.
- 11.11** As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas, serão registradas junto ao SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12 DA CONTRATAÇÃO E DAS GARANTIAS

- 12.1** As obrigações desta licitação a serem firmadas entre o CREA-PR e a Licitante Contratada, serão formalizadas através de Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, minuta de Contrato (**ANEXO IX**) e na legislação vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 12.2** O CREA-PR convocará a Proponente Adjudicatária para assinar o Contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação. Para tanto:
- a)** Enviará o Contrato por meio eletrônico, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ao endereço de e-mail da Proponente Adjudicatária, em atenção ao representante legal, ambos informados na respectiva proposta comercial;
 - b)** O Contrato e eventuais documentos que devam seguir anexos deverão ser devolvidos pelo convocado, assinados eletronicamente, no prazo máximo estabelecido, contados da data do envio do e-mail de convocação;
 - c)** Poderá ser acrescentada ao Contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela Proponente Adjudicatária em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
 - d)** As providências relativas ao cadastro da Proponente Adjudicatária, para os registros do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), devem ser tomadas tão logo o certame seja homologado. Para tanto, a Proponente Adjudicatária deverá efetuar as ações requeridas, no prazo de até 03(três) dias úteis, nos termos das comunicações eletrônicas encaminhadas previamente.
- 12.3** Os prazos estipulados no subitem anterior poderão ser prorrogados uma vez por igual período, quando formalmente solicitado pela Proponente Adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e de força maior, expressamente aceito pelo CREA-PR.
- 12.4** O CREA-PR poderá, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas por este Edital, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o ato convocatório, ou ainda, revogar a presente licitação, a seu critério.
- 12.5** Além do procedimento previsto no subitem anterior, o não atendimento da convocação no prazo estabelecido, sujeitará a Proponente Adjudicatária à multa prevista para inadimplência total.
- 12.6** A Licitante Contratada deverá firmar a garantia perante o CREA-PR, estipulada em 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme procedimento previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

13 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 13.1** Para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, o CREA-PR designará um servidor como fiscal, cuja atuação se dará no interesse exclusivo da Administração, conforme Projeto Básico e minuta do Contrato anexa a este Edital.
- 13.2** O acompanhamento e fiscalização de que trata este item serão exercidos no interesse exclusivo do CREA-PR e não excluem, em hipótese alguma, as responsabilidades da Licitante Contratada, inclusive perante terceiros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CREA-PR para o exercício de 2022.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 É facultada à Comissão de Licitação:

- a) Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;
- b) Solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas e/ou julgar necessário para a eficiente elucidação de eventuais questionamentos;
- c) Dirimir no ato, quaisquer controvérsias fúteis e improcedentes, que bem indiquem a intenção dos seus autores de impedir, fraudar ou perturbar os atos licitatórios;
- d) Relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios da licitação;
- e) Convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;
- f) Inabilitar ou desclassificar as propostas que não atenderem as exigências contidas neste Edital.

15.2 A apresentação da proposta de licitação fará prova de que a Proponente:

- a) Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve do CREA-PR as informações necessárias, nada tendo a reclamar sobre sua forma e seu conteúdo;
- b) Conhece todas as especificações e condições de execução/fornecimento do objeto do Edital;
- c) Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
- d) Assumirá integralmente, se vencedora, sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste Edital, a responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços em todas as suas etapas;
- e) Cumprirá fielmente o cronograma proposto para a execução do objeto.

15.3 Não será admitida, sob qualquer argumento, a modificação ou substituição da proposta ou de elementos que a compõem.

15.4 O CREA-PR se reserva ao direito de revogar integralmente a presente licitação, visando ao interesse da Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 15.5** Somente a CPL está autorizada a prestar todo o esclarecimento e informações complementares que se fizerem necessárias.
- 15.6** Os horários mencionados neste Edital e ainda nas convocações da CPL se referem ao vigente em Curitiba – PR.
- 15.7** Caso as datas previstas para a realização dos eventos desta licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, os mesmos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora.
- 15.7.1** Havendo ainda restrição por conta da pandemia do COVID, a CPL poderá suspender os eventos desta licitação, sendo efetuado o novo agendamento com no mínimo 03(três) dias úteis de antecedência, se for o caso.
- 15.8** Compõem o presente Edital os **ANEXOS I a IX**, ficando estabelecido que as informações ali encontradas se complementam entre si:
- 15.9** O CREA-PR poderá, até a data da celebração do Contrato, desclassificar ou inabilitar por despacho fundamentando a vencedora da licitação, se houver qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade, capacidade técnica, administrativa e financeira, sem que caiba à vencedora nenhuma indenização ou ressarcimento, independentemente de outras sanções legais decorrentes da adesão a este edital.
- 15.10** Fica a exclusivo critério do CREA-PR, para o caso de atrasos provocados pelo cumprimento dos prazos recursais, administrativos ou judiciais, a solicitação junto às licitantes da prorrogação dos prazos de validades das propostas de preços, das garantias de propostas ou outras que o CREA-PR entenda serem necessárias para o bom andamento do certame e manutenção da segurança da Administração.
- 15.11** Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização de qualquer dos atos desta licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário.
- 15.12** Os interessados em participar desta licitação deverão ler exaustivamente este instrumento e seus anexos, considerando de igual importância todos os textos e informações, bem como eventuais esclarecimentos posteriores, a fim de evitar transtornos à própria licitante pela inobservância das condições estabelecidas.
- 15.13** As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná.

Curitiba, 02 de agosto de 2022.

ORIGINAL ASSINADO
Ricardo Rocha de Oliveira
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

I. DO OBJETO

Prestação de serviços de engenharia para elaboração de estudos técnicos e projetos básico e executivo de eficiência energética - utilizando tecnologia BIM (*Building Information Modeling*) e com a obtenção de Etiquetagem ENCE Geral – visando à reforma de edificações destinadas às Sedes Regionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná.

II. DO REGIME DE EXECUÇÃO

1. Os estudos técnicos e projetos de eficiência energética devem contemplar, no mínimo:
 - a) Instalação de painéis fotovoltaicos (nas coberturas das edificações, nas coberturas das vagas de estacionamento, áreas do terreno, etc.);
 - b) Melhorias no sistema de iluminação natural e/ou artificial;
 - c) Melhorias nos sistemas de condicionamento de ar;
 - d) Melhorias no sistema de envoltória;
 - e) Orientação para substituição de equipamentos elétricos. Para equipamentos listados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), somente devem ser utilizados aqueles classificados no Nível A da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE). Para equipamentos que não integrem o PBE, devem ser consideradas normas internacionais para definição de sua eficiência mínima, bem como critérios apresentados para etiquetagem de edificações e seus sistemas;
 - f) Implantação de usina de geração de energia elétrica (se viável técnica e economicamente);
 - g) Melhorias em sistemas que possibilitem bonificações nos Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética para Edifícios Comerciais – RTQ-C.
2. A execução do objeto deve prever a elaboração de 01 (um) estudo técnico e elaboração de 01 (um) projeto básico e 01 (um) projeto executivo de eficiência energética, para cada um dos seguintes imóveis, todos no Paraná:
 - a) APUCARANA:
 - i. Endereço: Rua Guarapuava, n.º 580, CEP 86.800-250.
 - ii. Área do terreno: 600,00 m².
 - iii. Área construída: 653,68 m².
 - b) LONDRINA:
 - i. Endereço: Av. Duque de Caxias, n.º 630, CEP 86.015-000.
 - ii. Área do terreno: 828,90 m².
 - iii. Área construída: 705,61 m².



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

c) MARINGÁ:

- i. Endereço: Av. Governador Munhoz da Rocha Netto, n.º 1139, CEP 87.030-010.
- ii. Área do terreno: 2.699,11 m².
- iii. Área construída: 1.395,68 m².

d) PATO BRANCO:

- i. Endereço: Rua Caramuru, n.º 10, CEP 85.501-064.
- ii. Área do terreno: 792,00 m².
- iii. Área construída: 312,41 m².

e) PONTA GROSSA-PR:

- i. Endereço: Rua João Manoel dos Santos Ribas, n.º 370, CEP 84.051-410.
- ii. Área do terreno: 2.673,89 m².
- iii. Área construída: 412,96 m².

3. Estão incluídas no objeto as seguintes atividades mínimas, bem como os serviços que se fizerem necessários à completa execução das intervenções requeridas:

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO
1	Levantamento das instalações, dos consumos e inventário de equipamentos, e elaboração de projeto <i>as built</i>
2	Estudos técnicos com avaliação da situação atual (relatório) dos equipamentos energéticos e seu consumo (linha de base), com eventuais diretrizes, ainda que sem números precisos, do potencial de eficiência que se pretende atingir
3	Projeto de eficiência energética com indicadores de resultado que permitam dimensionar, ainda que de forma paramétrica, os investimentos a serem realizados para a prestação do serviço e os níveis de desempenho energético a serem alcançados, incluindo sistema de compensação de energia elétrica
4	Estudo de viabilidade econômica financeira que projete a remuneração dos investimentos realizados
5	Memorial descritivo e desenhos técnicos
6	Planilhas de orçamento – a partir do modelo BIM
7	Cronograma físico-financeiro
8	Caderno de especificações e encargos

4. De acordo os Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética para Edifícios Comerciais – RTQ-C e com o escopo do serviço, devem ser passíveis de avaliação e etiquetagem os seguintes sistemas:

- a. Envolória;
- b. Iluminação;
- c. Condicionamento de ar; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- d. Bonificações, incluindo elevadores, uso de água e geração por fontes renováveis.
5. A Licitante Contratada deverá obter a etiqueta de eficiência energética Procel na fase de projeto (ENCE Geral PBE Edifica, preferencialmente Classe A), pré-requisito para o objetivo futuro de adquirir a certificação da edificação construída, quando da execução do projeto. Neste sentido, a Licitante Contratada deverá considerar que:
- a) Será responsável por atender aos requisitos da certificação em todas as etapas de projeto: projeto básico e projeto executivo, inclusive verificando as possíveis interfaces com os requisitos para o projeto de arquitetura e projetos complementares.
 - b) O processo de etiquetagem ocorrerá na inspeção de projeto ao fim da qual deverá ser emitida a ENCE de projeto.
 - c) A etiqueta deve conter a avaliação dos sistemas: envoltória, iluminação e condicionamento de ar e ainda as bonificações cabíveis a fim de atingir a ENCE Geral de Projeto, preferencialmente Classe A.
 - d) A inspeção de projeto poderá ser feita segundo os dois métodos disponíveis (prescritivo ou simulação). Caso ocorram alterações, durante a execução do objeto, que limitem ou modifiquem a metodologia, a Licitante Contratada deverá se adaptar ao modelo mais próximo, mediante prévia ratificação do Crea-PR.
 - e) Os regulamentos do Inmetro para essa certificação estão em fase de atualização e publicação. Desta forma, caberá a Licitante Contratada analisar, de acordo com o cronograma de conclusão da etapa de projetos executivos, qual regulamento deverá ser utilizado conforme os prazos estabelecidos pelo Inmetro, inclusive com a devida consulta prévia ao órgão para confirmação. Portanto, em todas as etapas devem ser respeitados os requisitos contidos no RTQ-C (Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética em Edifícios), do Inmetro, conforme Portaria n.º 372/2010 (atual ou regulamento que venha substituí-lo no transcurso da execução do objeto, conforme Portaria n.º 42/2021, do Inmetro).
 - f) Deverá conduzir e representar o Crea-PR, no processo de etiquetagem junto aos Organismos de Inspeção Acreditados (OIA), que por sua vez incluirá as seguintes atividades mínimas:
 - i. Desenvolver todos os projetos necessários até a sua finalização, com vistas à obtenção da Certificação Procel ENCE Geral PBE Edifica, preferencialmente Classe A;
 - ii. Representar o Crea-PR perante os Organismos de Inspeção Acreditados (OIA), ou ainda junto a outros órgãos ou entidades correlatas, visando promover a impulsão natural do processo de certificação dos projetos;
 - iii. Avaliar todos os itens de qualificação e/ou certificação previstos nos regulamentos aplicáveis;
 - iv. Mobilização de toda a equipe necessária à obtenção da certificação, assim entendido como sendo, no mínimo, 01(um) profissional habilitado em cada uma das seguintes modalidades: arquitetura ou engenharia civil, engenharia elétrica e engenharia mecânica.
 - g) As atividades para a obtenção da certificação estão agrupadas nas seguintes etapas mínimas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

cores, texturas, entre outras, desde que sejam importantes para coordenação, orçamento e planejamento.

- b) Os elementos de projeto utilizados no desenvolvimento dos projetos que estiverem no arquivo BIM deverão estar ou ser desenvolvidos de tal forma que o CREA-PR possa utilizá-los livremente em futuros projetos desenvolvidos ou contratados.
- c) O CREA-PR poderá editar e utilizar os arquivos de elementos do projeto sem ônus algum para o desenvolvimento de outros projetos.
- d) Definições para os desenhos:
- i. Os arquivos digitais que contiverem desenhos não devem apresentar elementos representados fora de sua escala normal (“escaloados”), cotas editadas ou blocos editados ou explodidos, de forma a facilitar sua utilização posterior para conferência dos projetos impressos.
 - ii. As pranchas devem conter a lista de eventuais alterações de projeto, com a indicação do número da revisão.
 - iii. O carimbo deve conter, no mínimo, as seguintes informações: 1) nome do cliente (Crea-PR); 2) especialidade/título do projeto; 3) assunto da prancha; 4) endereço do imóvel; 5) nome e número do registro profissional do autor; 6) campos para assinatura (cliente e autor); 7) número da prancha; 8) escala de plotagem; 9) data da elaboração do projeto.
- e) O Nível de Desenvolvimento (LOD – *Level of Development*) dos elementos da modelagem em BIM deverá ser:

i) Nível de Detalhe (ND): de acordo com as etapas de projeto:

Etapa	Nível de Detalhe (ND)	Descrição
Projeto Básico	350	Elementos finais, com visão da construção e da identificação das interfaces entre as especialidades.
Projeto Executivo	400	Detalhamento de todos os elementos que possuam ligação com os de outras disciplinas, de modo a gerar um conjunto de informações suficientes para a perfeita caracterização das obras/ serviços a serem executados, bem como a avaliação dos custos, métodos construtivos e prazos de execução.

ii) Nível de Informação (NI): de acordo com as etapas de projeto:

Etapa	Nível de Informação (NI)	Descrição
Projeto Básico	3	Codificação de elementos.
Projeto Executivo	4	Informação de modelo e fabricante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- f) A dimensão BIM 3D deverá trazer o modelo com informações e funcionalidades, a análise de interferências (*clash detection*). Trata-se da modelagem tridimensional de todos os elementos que compõem o projeto dentro de um mesmo ambiente virtual, reunindo informações gráficas e não gráficas distribuídas em um ambiente de compartilhamento de dados acessível, rastreável, transparente e seguro. No modelo serão inseridas ainda, informações relativas a índices e especificações técnicas dos diversos elementos. Através da parametrização dos elementos é possível definir as dimensões, localização espacial, materiais, gerar relatórios de extração de quantitativos e realizar a compatibilização das disciplinas de projeto.
 - g) A dimensão BIM 4D deverá adicionar a variável “tempo” ao modelo 3D, que se refere ao planejamento da obra. A variável tempo em conjunto com as informações do modelo permitem desenvolver um programa de projeto preciso, possibilitando comparar a evolução da execução da obra com o que foi planejado no cronograma físico, facilitando o monitoramento e o controle. Deve garantir uma simulação virtual da execução de obra e de processos construtivos, permitindo definição precisa antes da execução real.
 - h) A dimensão BIM 5D deverá adicionar a variável “custo” às dimensões 3D e 4D, a fim de permitir efetuar orçamentos assertivos e um cronograma físico-financeiro realista e previsível, baseado nas informações disponíveis no modelo, e sua forma automática e precisa de extração de quantitativos e insumos.
 - i) Os projetos de diferentes especialidades deverão apresentar perfeita compatibilização entre si, refletidas também nas peças de memorial e planilhas orçamentárias do conjunto, de modo a não suscitar dúvidas, omissões, conflitos ou outras interpretações que venham prejudicar sua integral execução.
 - j) Todos os documentos aprovados (estudos técnicos e projetos – versão final) deverão ser entregues em 01 (uma) via física assinada, além dos arquivos digitais nas extensões “.docx”, “.xlsx”, “.dwg”, “.rvt”, “.nwc” e “.pdf” entregues em mídia digital, sem qualquer proteção ou bloqueio.
10. A entrega das etapas de projeto básico e projeto executivo deve ser realizada em 01 (uma) via física e em arquivo digital.
 11. Os estudos técnicos, memoriais, orçamentos e cronogramas devem ser impressos em folha de papel sulfite branco tamanho A4, com impressão de fotos e gráficos colorida e encadernação do tipo espiral.
 12. As pranchas deverão ser plotadas em folha de papel sulfite branco de tamanho mínimo A2, com legendas e cotas plotadas, sem rasuras ou emendas.
 13. Os desenhos técnicos deverão seguir as normas brasileiras (ABNT) e serão apresentados em arquivos com as extensões “.dwg”, “.rvt”, “.nwc”, sem qualquer proteção ou bloqueio, elaborados em programa compatível com o *Autodesk* 2020 ou superior.
 14. Os arquivos deverão ser entregues separados por disciplinas e além dos formatos nativos (rvt, dwg, etc) também devem ser entregues no formato IFC 2x3 ou IFC4.
 15. Uma lista numerada, agrupada por projeto específico e que exiba todos os documentos integrantes dos projetos deverá ser entregue ao CREA-PR contendo o nome e a descrição de cada um dos arquivos, além de observações julgadas pertinentes.
 16. Na execução das etapas de desenvolvimento do projeto básico e executivo deverá ser considerado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) Projeto Básico (o que fazer): deverá conter os projetos e o detalhamento das definições construtivas que envolvem o conjunto de desenhos, memoriais, memórias de cálculo, orçamento, cronograma e demais informações técnicas necessárias à licitação (art. 6º, IX, da Lei n.º 8.666/93), à contratação e à execução de obra de edificação (Projeto Completo de acordo com as normas ABNT NBR 16.636-1 e NBR 16.636-2).
- b) Projeto Executivo (como fazer): deverá conter todas as informações necessárias para o perfeito entendimento do projeto e execução da obra, por meio de informações técnicas detalhadas e definitivas relativas à edificação e todos os seus elementos, componentes e materiais.
- c) Para todos os projetos deverão ser elaboradas plantas baixas dos pavimentos, cortes, elevações, detalhes e demais documentos para o perfeito entendimento da solução proposta.
- d) Deverá ser observada a conformidade do objeto com as posturas municipais e/ou outras legislações aplicáveis e obter as documentações e autorizações preliminares exigidas por todos os órgãos públicos e concessionárias competentes, se for o caso.
- e) Cada uma das etapas passará por análises técnicas para sua aprovação, podendo ser necessária mais de uma revisão por etapa.
- f) Serão admitidas até 02 (duas) revisões por etapa.
- g) As tabelas de quantitativos de objetos e de materiais devem estar formatadas de tal forma a extrair as informações de maneira automática e diretamente dos modelos BIM.
- h) A planilha de orçamento dos projetos deve conter, em separado, o valor dos serviços (mão de obra), equipamentos e materiais, a referência utilizada (fonte e respectivo código, quando aplicável), unidade, quantidade, preço unitário, preço total, total geral e BDI, com as respectivas fórmulas de cálculo, tudo conforme recomendações atualizadas do Tribunal de Contas da União - TCU. Na coluna que indicar qual foi o critério utilizado para a obtenção do preço:
 - i. Deve ser utilizado como referência básica, quando aplicável, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, ou outro sistema de preços oficial que melhor corresponda à realidade local, devidamente indicado e justificado.
 - ii. Todos os preços compostos que não sejam originados por sistemas de preços oficiais deverão ter suas composições apresentadas de forma analítica, em anexo ao orçamento detalhado, contendo as composições dos custos unitários dos serviços.
 - iii. Para os materiais e serviços não constantes nas condições anteriores, deverá ser realizada pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor (mínimo 3), com a adoção dos menores valores obtidos. A Licitante Contratada deverá fornecer ao CREA-PR todas as cotações e orçamentos obtidos.
 - iv. Deverão ser apresentadas as composições analíticas das Leis Sociais e do BDI aplicados no orçamento.
 - v. Para o BDI, devem ser utilizados os valores de referência o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) 2.622/2013-P.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- vi.** O orçamento deverá ser apresentado com valores financeiros com duas casas decimais.
 - vii.** O cronograma físico-financeiro deve contemplar todas as fases de execução da obra e representar o desenvolvimento previsto para a execução total dos serviços em relação ao tempo.
 - viii.** O orçamento e o cronograma físico-financeiro devem ser apresentados em planilha Excel, com todas as fórmulas visíveis e editáveis.
- 17.** Os direitos patrimoniais relativos aos estudos e projetos desenvolvidos pela Licitante Contratada para execução do objeto contratual serão cedidos ao CREA-PR, conforme imperativo do art. 111, da Lei n.º 8.666/93.
- 18.** A aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos e concessionárias competentes, caso necessário, bem como as respectivas taxas e despesas são de exclusiva responsabilidade da Licitante Contratada.
- a.** A elaboração de projeto específico para aprovação nos órgãos públicos e concessionárias, conforme as regras e exigências dessas entidades, é de responsabilidade da Licitante Contratada;
 - b.** Deverão ser encaminhados ao Crea-PR os originais dos projetos com os carimbos de aprovação e chancela dos órgãos competentes.
 - c.** A aprovação do projeto não eximirá os seus autores das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.
 - d.** Na hipótese de não ser necessária a aprovação exigida, o profissional autor do respectivo projeto deve emitir declaração em que afirme a sua dispensabilidade, anexando-a ao projeto.
- 19.** A Licitante Contratada deverá empregar a norma culta da língua portuguesa na elaboração e redação memoriais, textos e planilhas, etc, em todas as fases, observando o conjunto de regras e padrões linguísticos que correspondem a alto nível de escolaridade, sempre procedendo a revisão ortográfica, de acentuação, pontuação, estilo e gramatical antes da entrega do material ao Crea-PR. Todos os projetistas envolvidos devem seguir o mesmo padrão de formatação, linguagem e redação nos documentos escritos das diferentes disciplinas.
- 20.** A Licitante Contratada deverá prestar todo e qualquer esclarecimento necessário à correta interpretação dos projetos e demais especificações por ela desenvolvidas, especialmente na ocasião da respectiva execução do objeto ou da licitação para sua contratação.
- 21.** O CREA-PR encaminhará por meio eletrônico (e-mail), as dúvidas ou questionamentos dos interessados, ocasião em que deverá receber resposta em até 24 (vinte e quatro) horas, sempre com a clara indicação dos fundamentos legais e/ou técnicos que embasaram a sua resposta (lei, norma, estudo científico, etc.).
- 22.** Na hipótese de ser necessária qualquer correção nos projetos ou demais especificações, estas deverão ser realizadas em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do término do prazo indicado na alínea anterior.
- 23.** A Licitante Contratada deverá prestar esclarecimentos ou promover as alterações necessárias por até 5 (cinco) anos contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 24.** A Licitante Contratada será responsável pela observância das Leis, dos Decretos, das Portarias, das Normas (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, concessionárias de serviços públicos, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, dentre outros), dos Regulamentos, dos Códigos, das Resoluções, das Instruções Normativas e das demais aprovadas no âmbito do Crea-PR, direta e/ou indiretamente aplicáveis à execução do objeto, inclusive por suas eventuais subcontratadas, a exemplo de:
- a)** Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001 - dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.
 - b)** Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
 - c)** Decreto nº 4.059, de 19 de dezembro de 2001 - regulamenta a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências.
 - d)** Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
 - e)** Instrução Normativa nº 02, de 04 de junho de 2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam *retrofit*;
 - f)** Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) - estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos na construção civil, e suas alterações;
 - g)** Portaria nº 42/2021 - Aprova a Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas (INI-C) que aperfeiçoa os Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C), especificando os critérios e os métodos para a classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à sua eficiência energética;
 - h)** Resolução Normativa ANEEL n.º 482/2012 – Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica e dá outras providências.
 - i)** Portaria n.º 372, de 17 de setembro de 2010, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) - requisitos técnicos da qualidade para o nível de eficiência energética de edifícios comerciais de serviços públicos;
 - j)** Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego:
 - i.** NR 08 – Edificações;
 - ii.** NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
 - iii.** NR 24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
 - iv.** NR 35 – Trabalho em altura.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- k) Normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas: NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; NBR 14.037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações — Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos; NBR 15.575 – Edificações habitacionais – desempenho (todas as 6 partes).
 - l) Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C);
 - m) Manual de Aplicação da INI-C – Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas de Junho/2021;
 - n) Instruções do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI;
 - o) Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP.
 - p) Guia Prático para Projetos de Eficiência Energética em Edifícios através de parcerias Público-Privadas, do Ministério do Meio Ambiente.
25. A execução deverá se desenvolver de forma harmônica, consistente e coordenada, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação, atendendo às diretrizes gerais de projeto e legislação, e ainda de acordo com as seguintes diretrizes gerais:
- a. Adoção de soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do procedimento;
 - b. Adoção de soluções construtivas racionais elegendo, na medida do possível, sistemas de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;
 - c. Adoção de soluções que visem ao desenvolvimento sustentável ao longo de todo ciclo de vida da construção;
 - d. Adoção de sistema de compensação de energia elétrica, de maneira que os imóveis sejam autossustentáveis nessa questão, com a utilização de fontes renováveis de energia;
 - e. Adoção de soluções que minimizem os custos e ofereçam facilidade de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;
 - f. Garantia de segurança na utilização da edificação, com aplicação das normas pertinentes;
 - g. As tecnologias construtivas, os materiais, os serviços e os equipamentos a serem adotados no projeto deverão se ater às questões de sustentabilidade, redução de impactos ambientais e eficiência energética da edificação;
 - h. Utilização de materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;
 - i. Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado;
 - j. Garantia do conforto e bem estar no conjunto da edificação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- k. Atendimento às necessidades e às expectativas do Crea-PR por meio da apresentação de soluções inteligentes, inovadoras e contemporâneas, referentes à sustentabilidade, à funcionalidade, à economicidade, à durabilidade, ao conforto e à higiene.
26. Os serviços serão acompanhados por meio de reuniões periódicas (videoconferência) entre a Licitante Contratada e o fiscal do contrato e seus eventuais prepostos.
- a. As reuniões ocorrerão a critério da fiscalização do Contrato, em quantidade e periodicidade a serem definidas em função das necessidades demandadas ao longo dos trabalhos. Poderão ser convocadas reuniões extraordinariamente para atender a demandas urgentes e/ou imprevistas.
 - b. As reuniões serão realizadas por videoconferência, portanto, a Licitante Contratada deve dispor de um ambiente adequado e silencioso, bem como todos os requisitos e recursos tecnológicos de *hardware* e *software* necessários para viabilizar perfeitamente este tipo de reunião, tais como: computador, programas computacionais, webcams, caixas de som, microfones, acesso à internet com conexão rápida e estável, etc. Na eventual impossibilidade técnica da realização por meio de tecnologia (internet), todas as despesas referentes a reunião presencial correrão exclusivamente por conta da Licitante Contratada.
 - c. A Licitante Contratada poderá ser contatada rotineiramente durante a execução do objeto para o esclarecimento de dúvida ou obtenção de informações complementares.
27. Por ocasião da assinatura do contrato, a Licitante Contratada deverá designar um representante, que ficará encarregado da coordenação desde o início da execução do objeto. O representante deverá, no mínimo:
- a. Integrar o quadro técnico da Licitante Contratada;
 - b. Ser devidamente qualificado e disponibilizar informações das atividades contratadas para dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos ao Crea-PR;
 - c. Programar e coordenar as reuniões entre os profissionais da equipe que exercerão suas atividades;
 - d. Analisar os comentários ou recomendações apresentadas pelo Crea-PR, e em caso de não atendimento apresentar fundamentação técnica, que poderá ser rejeitada também por critérios técnicos.
28. Caso alguma solução apresentada pela Licitante Contratada indicar a remoção e/ou construção de paredes em alvenaria ou alteração de quaisquer elementos estruturais da edificação, deverá ser apresentado laudo técnico que ateste a viabilidade da intervenção.
29. Durante a execução do objeto, a fiscalização do Crea-PR irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, a ponto de prestar orientações, esclarecimentos e detalhamentos que se façam necessários ao fiel cumprimento dos itens deste instrumento, baseados em legislação, normativos, guias, publicações, manuais, melhores práticas, consultorias, bem como intervir e requerer à Licitante Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades eventualmente constatadas.
30. Todos os serviços deverão atender fielmente as especificações que originarão o Contrato, que por sua vez se vincula ao respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

III. DO VALOR ESTIMADO

O valor global máximo admitido para a execução do objeto é R\$ 393.344,00 (trezentos e noventa e três mil trezentos e quarenta e quatro reais).

IV. DA VISITA TÉCNICA

Para a correta elaboração da proposta, a licitante poderá, a seu exclusivo critério, realizar vistoria nas instalações dos locais de execução do objeto, acompanhado por servidor designado para esse fim, durante o período de expediente do Crea-PR e mediante prévio agendamento.

V. DA PROPOSTA DE PREÇO E DO JULGAMENTO

A proposta de preços deverá conter o preço global. A adjudicação do objeto dar-se-á com base no menor preço global.

VI. DA ADJUDICAÇÃO, DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 1) A adjudicação será pelo menor preço global.
- 2) A forma de execução será indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

VII. DA JUSTIFICATIVA

As atividades de fiscalização, controle, orientação e aprimoramento do exercício profissional inerentes às engenharias, agronomia e geociências são realizadas no Estado do Paraná por meio das diversas unidades administrativas instaladas em todo o território estadual, permitindo, dessa forma, o pleno atendimento à legislação e às normas afetas ao Sistema Confea/Creas.

Assim, de modo a cumprir a sua missão institucional e, ao mesmo tempo, zelar pelo patrimônio público sob o seu domínio direto e indireto, o Crea-PR tem como premissa promover ações de eficiência energética, de modo a reduzir o desperdício e obter os benefícios que essa opção pode trazer, no âmbito econômico, financeiro e ambiental.

A energia elétrica é um componente essencial para a realização das atividades do Conselho; no entanto, seu custo é relevante. Por isso, com a implantação da ferramenta de eficiência energética o objetivo é reduzir o consumo e consequentemente o custo dessa energia, tudo isso proporcionando maior conforto aos usuários dos imóveis por meio da adequação das instalações e equipamentos às normas técnicas, como as de qualidade dos postos de trabalho (luminosidade adequada, conforto térmico).

Além da questão financeira, a sustentabilidade também está envolvida nesse processo, daí a necessidade de reduzir e tornar eficiente o consumo de energia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

No Brasil, já existem programas públicos de promoção e divulgação de medidas de eficiência energética, tais como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e os programas de Eficiência Energética das concessionárias de distribuição de energia elétrica (PEE-ANEEL).

Importante destacar que a introdução de mecanismos de geração de energia elétrica, principalmente a partir de fontes renováveis, como a solar, também promove a eficiência. E isso pode ser feito aproveitando áreas subutilizadas de um terreno ou imóvel.

Contudo, o Setor de Obras e Serviços de Engenharia não possui profissional detentor de atribuições específicas e direcionadas para a realização dessa tarefa, voltada à modalidade de elétrica.

Dessa forma, se faz necessária a contratação de empresa especializada visando permitir ao incremento da boa imagem do Conselho junto à sociedade e conservação das suas características de modo a possibilitar as Regionais cumpram o seu papel institucional e atendam às demandas e anseios dos profissionais abrangidos pelo sistema Confea/Crea, bem como à preservação do patrimônio público, dever insculpido no artigo 2º, inciso VI, da Lei n.º 8.027/1990 e no artigo 116, inciso VII da Lei n.º 8.112/1990.

Ademais, cumpre destacar que a contratação dos serviços pretendidos é uma demanda da Alta Administração do Conselho, devidamente indicada nos Projetos Estruturantes (processo SEI 017.001386/2021-21).

O objetivo é a obtenção de uma solução padronizada para todos os imóveis, levando em conta suas particularidades. Por esse motivo justifica-se o não parcelamento da solução.

VIII. DA EXIGÊNCIA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

1. Certidão de Registro da PESSOA JURÍDICA que indique estar habilitada a exercer as suas atividades, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado em que possui registro.
 - a. Na hipótese da licitante ser declarada vencedora e não possuir registro ou visto no CREA-PR, deverá providenciá-lo antes da assinatura do contrato, sob a pena de serem aplicadas as sanções para inadimplência total.
2. Certidão de Registro da PESSOA FÍSICA onde conste o profissional indicado como responsável técnico habilitado a exercer as suas atividades, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado em que possui registro.
3. A qualificação técnico-profissional deve ser comprovada por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, em nome do profissional indicado no item anterior, acompanhada do seu respectivo Atestado Técnico. O Atestado Técnico somente será aceito se emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
 - a) A CAT e o respectivo Atestado Técnico devem conter a coordenação e/ou elaboração de projetos de eficiência energética em plataforma BIM (Building Information Modeling), em edificação a partir de 150 m² de área.
 - b) A CAT deve possuir descrição do serviço em consonância com o respectivo atestado, contendo, no mínimo, os seguintes itens: dados relativos ao projeto (a exemplo de:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

endereço, área, número de pavimentos, características específicas, entre outras), nome completo, título e número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do profissional em cujo nome foi registrado o documento de Responsabilidade Técnica objeto da certidão.

- c) Para CAT e Atestado de trabalhos de múltiplas atividades realizadas por equipes multidisciplinares ou consórcios, a licitante deverá apresentar a CAT e o respectivo Atestado Técnico que demonstre detalhadamente a parte que lhe diz respeito. Na impossibilidade de aferir exatamente os serviços realizados, por meio dos documentos apresentados, estes não serão considerados, podendo resultar na inabilitação da licitante.
4. Para efeitos da comprovação das disciplinas e da área mínima do objeto, será admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

IX. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado apenas nas hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

X. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. A execução do objeto deverá ser concluída em até 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço. Para tanto deverão ser consideradas as seguintes condições:
 - a. O estudo técnico deve ser elaborado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Ordem de Serviços;
 - b. O projeto básico deve ser entregue em até 30 (trinta) dias, contados da validação dos estudos técnicos.
 - c. O projeto executivo deve ser entregue em até 30 (trinta) dias, contados da aprovação do projeto básico.
2. O objeto deverá ser iniciado mediante prévio registro da respectiva Responsabilidade Técnica.

XI. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A Licitante Contratada deverá prestar esclarecimentos e promover as correções indicadas pelo Crea-PR por até 5 (cinco) anos, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

XII. DA GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, a Contratada deverá prestar, a título de garantia contratual, o valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total, devendo, a referida garantia,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ter prazo de validade idêntica ao referido instrumento, que poderá ser estendida na hipótese de sinistro. A efetivação da garantia deverá ser comprovada em até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, podendo a Licitante Contratada optar por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

XIII. DOS PAGAMENTOS

O pagamento será efetuado em parcela única, em até 10 (dez) dias úteis após o aceite, pelo Crea-PR, do objeto executado pela Licitante Contratada, ocasião em que deverá ser emitido o respectivo documento fiscal, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação. Há que ser observado que além da comprovação da regularidade junto a CEF, efetuada por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF deverá ainda ser comprovada a manutenção da regularidade dos débitos trabalhistas e dos tributos federais, estaduais e municipais da Licitante Contratada:

XIV. DAS OBRIGAÇÕES DO CREA-PR

1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.
2. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com o objeto, inclusive na hipótese de execução por terceiros sem autorização.
3. Notificar a Licitante Contratada a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
4. Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados.
5. Aplicar à Licitante Contratada as penalidades regulamentares e contratuais previstas.
6. Efetuar os pagamentos à Contratada após a execução do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos.
7. Proporcionar os meios necessários ao cumprimento das obrigações dentro das normas e condições pactuadas.

XV. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE CONTRATADA

São responsabilidades da Licitante Contratada, além daquelas já expressamente definidas nas demais condições deste instrumento:

- a) Cumprir a legislação e as normas técnicas, inclusive da ABNT, inerentes à execução do objeto e a sua atividade;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) Após a convocação, firmar o Contrato no prazo máximo estabelecido, sob a pena de aplicação das sanções previstas;
- c) Cumprir os prazos para a execução do objeto;
- d) Não transferir indevidamente a outrem, a execução do objeto e demais obrigações avençadas;
- e) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CREA-PR em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da solicitação, cujas reclamações se obrigam a se manifestar e atender prontamente;
- f) Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;
- g) Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto, inclusive e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva;
- h) Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i) Substituir, sempre que exigido pelo CREA-PR e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público;
- j) Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação vigentes;
- k) Assumir:
 - i. Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto;
 - ii. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CREA-PR;
 - iii. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CREA-PR;
 - iv. Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;
 - v. Todos os eventuais danos causados diretamente ao CREA-PR, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos, durante a execução do objeto;
 - vi. Todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do CREA-PR;
 - vii. Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o CREA-PR isento de qualquer vínculo empregatício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- l) Indicar e manter o seu representante junto ao CREA-PR, que durante o período de vigência do Contrato será a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para as reclamações que porventura surjam durante a execução do objeto;
- m) Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do CREA-PR a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;
- n) Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do CREA-PR, apresentando cópia à fiscalização do Contrato;
- o) Não contratar para atuar na execução do Contrato servidor pertencente ao quadro de pessoal do CREA-PR, ou terceiro que já lhe preste serviços;
- p) Manter banco de dados atualizado dos empregados que estejam eventualmente desempenhando suas atividades nas instalações do CREA-PR, contendo, minimamente: nome, CPF, nível de escolaridade, endereço residencial e telefone, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado;
- q) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CREA-PR, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, se for o caso;
- r) Providenciar, sem custos e/ou procedimentos adicionais, a imediata substituição de qualquer insumo inadequado, assim considerado como sendo aquele que não atenda às especificações deste instrumento;
- s) Executar o objeto com esmero e correção, refazendo tudo aquilo que for impugnado pelo Fiscal do Contrato, mesmo que já realizado ou em execução, sem acréscimo de prazo e/ou ônus para a o CREA-PR;
- t) Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno às atividades do CREA-PR;
- u) Comunicar ao Fiscal do Contrato, formalmente e por meio de protocolo, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação ajustada, visando à adoção das medidas cabíveis por parte do CREA-PR;
- v) Não utilizar o nome e/ou logomarca do CREA-PR em qualquer tipo de divulgação da sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto;
- w) Não se pronunciar a imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do CREA-PR que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto;
- x) Abster-se de caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer tipo de operação financeira;
- y) Realizar reuniões periódicas com o Fiscal do Contrato, ou a qualquer momento, se convocado, para avaliação do andamento da execução do objeto. Na impossibilidade técnica de ser possível a realização por meio de tecnologia (internet), todas as despesas correrão exclusivamente por sua conta;
- z) Empregar profissionais preparados e habilitados para o desempenho das funções, bem como mantê-los devidamente identificados quando exercendo atividades nas dependências do CREA-PR;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- aa)** Registrar as ocorrências observadas durante a execução do objeto, bem como informar prontamente ao CREA-PR eventuais anormalidades;
- bb)** Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência e/ou comportamento junto ao CREA-PR sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios;
- cc)** Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CREA-PR por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, ao CREA-PR se reserva ao direito de descontar o valor, sem prejuízo na aplicação de eventuais penalidades;
- dd)** Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, inclusive em casos emergenciais;
- ee)** Comprovar o(s) registro(s) do(s) respectivo(s) documento(s) de responsabilidade técnica, bem como informar imediatamente o CREA-PR na hipótese de alteração do seu responsável técnico;
- ff)** Manter o seu registro regular, bem como de um responsável técnico habilitado;
- gg)** Seguir o protocolo de higienização do Crea-PR.
- hh)** Manter, na direção e responsabilidade técnica o profissional habilitado e indicado no curso da licitação, que ficará autorizado a representar a Contratada em suas relações com o Crea-PR. A substituição do Responsável Técnico e/ou integrante da equipe técnica, somente poderá ocorrer por outro de igual lastro de experiência e capacidade, e mediante aceitação formal do Crea-PR.
- ii)** Adotar as demais providências pertinentes ao seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a operacionalização do objeto deste instrumento, com eficiência e atendimento a legislação.

XVI. DA FISCALIZAÇÃO

- 1.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, nos termos do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, por servidores lotados no Setor de Obras e Serviços de Engenharia, ou por preposto expressamente indicado, podendo ser substituído, conforme conveniência e oportunidade do Crea-PR.
- 2.** A fiscalização exercida no interesse exclusivo do Crea-PR, não exclui e nem reduz a responsabilidade da Licitante Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.
- 3.** A Fiscalização analisará com o mesmo rigor, tanto a forma quanto o conteúdo dos documentos apresentados. Serão analisados aspectos como: organização, conformidade aos requisitos e cláusulas contratuais, coerência, coesão, inteligibilidade, lógica, disposição racional dos elementos projetados, otimização do espaço utilizado nas folhas, escalas utilizadas, localização de elementos, sequência de apresentação, eliminação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

interferências, detalhamentos necessários, emprego da norma culta da língua portuguesa na elaboração de textos e memoriais, etc. Para tanto:

- a. O conteúdo deverá estar em conformidade com as disposições técnicas contratuais e com as demais normas e legislações em vigor.

Os serviços serão acompanhados por meio de reuniões periódicas (videoconferência) entre a Licitante Contratada, a fiscalização e seus eventuais prepostos.

4. A Licitante Contratada se sujeitará à inspeção do objeto fornecido, e aceitará os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização do Crea-PR, quer seja exercida pelo próprio Crea ou pessoa por este designada, obrigando-se a fornecer todos os dados, relação de pessoal, elementos, esclarecimentos, comunicações, adequações e correções julgadas necessárias ao adequado fornecimento.

XVII. DAS SANÇÕES

1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato ou a prática dos atos indicados neste item, constatado onexo causal devido à ação ou à omissão da Contratada, relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993 e neste instrumento, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:
 - a. Advertência, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa da Contratada, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do Crea-PR, a critério da Fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
 - b. Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total do Contrato, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo constantes da alínea seguinte;
 - c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Crea-PR, pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme os seguintes parâmetros, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais:

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor total do contrato)	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Crea-PR	
		Mínimo	Máximo
1	0,1 %	Não aplicável	1 mês
2	1 %	1 mês	6 meses
3	3 %	3 meses	12 meses
4	7 %	6 meses	18 meses
5	10 %	12 meses	2 anos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

TABELA 2			
Item	Tipificação	Grau da Infração	Incidência
1	Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto.	2	Por empregado em cada ocorrência
2	Suspender ou interromper a execução do objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	3	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos, informações, dependências e/ou equipamentos do Crea-PR que eventualmente tenha acesso, por culpa ou dolo de seus agentes.	4	Por ocorrência
4	Utilizar as dependências, informações, documentos, equipamentos e/ou demais facilidades do Crea-PR para fins diversos do objeto ou sem autorização formal.	4	Por ocorrência
5	Não executar ou executar com falha serviço e/ou fornecimento previsto, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
6	Permitir situação que origine a possibilidade de causar ou cause danos físicos, lesão corporal ou de consequências letais.	5	Por ocorrência
7	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado em cada ocorrência
8	Não cumprir horário ou prazo estabelecido, ou ainda solicitação decorrente.	2	Por ocorrência
9	Não cumprir determinação formal da fiscalização, inclusive instrução complementar.	2	Por ocorrência
10	Não apresentar, quando solicitada, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária.	1	Por dia em cada ocorrência
11	Não pagar salários e demais verbas trabalhistas, bem como não recolher as contribuições sociais, previdenciárias para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução do Contrato.	4	Por ocorrência
12	Apresentar falha ou omissão no cumprimento da legislação específica (legal ou infralegal), normas técnicas e regulamentares vigentes aplicáveis ao objeto, inclusive que acarrete reprovações junto à fiscalização ou aos órgãos de licenciamento competentes e/ou ao Inmetro (Etiqueta Procel).	1	Por lei ou normativo em cada ocorrência e/ou reprovação
13	Não manter as suas condições de habilitação.	2	Por ocorrência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

14	Alterar ou não prestar informação quanto à qualidade, quantidade ou composição de qualquer componente do objeto.	3	Por ocorrência
15	Atrasar o término da prestação de serviços.	1	Por dia em cada ocorrência
16	Apresentar documentação e/ou informação falsa; fraudar a execução da obrigação assumida; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal.	5	Por ocorrência
17	Apresentar falha ou omissão na utilização da metodologia BIM (<i>Building Information Modeling</i>) para desenvolvimento dos projetos, planejamento e orçamento, em todas as suas etapas, disciplinas e dimensões.	2	Por ocorrência
18	Apresentar falha ou omissão na técnica e qualidade dos estudos e projetos em todas as suas etapas e disciplinas.	2	Por ocorrência
19	Apresentar falha ou omissão na forma de entrega dos estudos e projetos em todas as suas etapas e disciplinas.	2	Por ocorrência
20	Apresentar falha ou omissão na composição de uma equipe técnica de profissionais habilitados, em quantidade adequada, com formações técnicas condizentes e experiência na execução de serviços tecnicamente semelhantes.	3	Por ocorrência
21	Retardar ou falhar a execução da obrigação assumida, bem como para as demais falhas na execução não especificadas nos itens anteriores.	3	Por ocorrência

2. Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo a rescisão por inadimplência, quando houver paralisação da prestação dos serviços, de forma injustificada, por mais de 10 (dez) dias ininterruptos, ocasião que dará origem a uma multa no valor de 15% (quinze por cento) da parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.
3. Também será considerada inexecução parcial do contrato nos casos em que a Licitante Contratada se enquadre em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na seguinte tabela, durante a vigência do referido instrumento, ocasião em que se originará a rescisão contratual por inadimplência, sem prejuízo da incidência dos valores das multas previstos nas tabelas 1 e 2:

TABELA 3	
Grau da infração	Quantidade de Infrações
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	2 ou mais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

4. Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos a rescisão por inadimplência, ocasião em que incidirá multa no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato quando:
 - a. Houver atraso injustificado para o início da execução do objeto por mais de 05 (cinco) dias;
 - b. O objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender às especificações deste instrumento.
5. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Crea-PR, poderão ser aplicadas à Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.
6. O Crea-PR observará a boa-fé da Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao Crea-PR ou a terceiros.
7. Na aplicação das sanções o Crea-PR considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da Licitante Contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87, da Lei nº 8.666/1993.
8. Na hipótese de a Contratada não possuir valor a receber do Crea-PR e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do Crea-PR, podendo ainda proceder à cobrança judicial.
9. O Crea-PR, cumulativamente, poderá:
 - a. Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
 - b. Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente do pagamento a ser efetuado à Contratada, independentemente de notificação extrajudicial.
10. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, a Contratada será notificada a apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
11. As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas no cadastro da Licitante Contratada junto ao SICAF.

XVIII. DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral motivado, nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei n.º 8.666/93, sendo garantidos à Contratada o contraditório e a ampla defesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

XIX. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, relativos à execução do objeto, serão lavrados em instrumento próprio, assinados pelas partes e farão parte integrante do Contrato, nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b", parágrafos 2º, 3º e 4º da Lei n.º 8666/93. Para tanto:

- c. Por ocasião da conclusão da execução do objeto, a Contratada deverá solicitar o seu recebimento mediante protocolo junto ao departamento competente do Crea-PR.
- d. O Termo de Recebimento Provisório somente será lavrado se todos os serviços estiverem concluídos e aceitos pelo Crea-PR, ou carecendo de diminutos ajustes, que possam ser facilmente corrigidos, a critério do Crea-PR. Quando assim não forem, com base no art. 76 da Lei n.º 8.666/93, será lavrado o Termo de Rejeição, especificando as razões do ato. Neste caso, deverá a Licitante Contratada, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento dos serviços, nos termos do item anterior.
- e. Após 90 (noventa) dias da data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, e conseqüentemente, do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no contrato, a Licitante Contratada deverá solicitar a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a ser emitido apenas na hipótese de o objeto ter sido inteiramente aceito pelo Crea-PR.
- f. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Licitante Contratada, nem mesmo a ético-profissional.

XX. DA ELABORAÇÃO

Este Projeto Básico foi elaborado no Setor de Obras e Serviços de Engenharia, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração.

À consideração e aprovação da Presidência do Crea-PR.

ORIGINAL ASSINADO

Oksana Alphonse Dib
Facilitação de Obras e Serviços de Engenharia

Despacho do Ordenador de Despesas:

Com fundamento no artigo 7º, §2º, da Lei n.º 8.666/93, APROVO este Projeto Básico em 27/07/2022.

ORIGINAL ASSINADO

Eng. Civil Ricardo Rocha de Oliveira
Presidente
PR-21702/D



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

Edital de Licitação n.º _____

Tomada de Preços n.º _____

_____, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º _____,

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____,

portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob o n.º _____,

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (___).

(local e data)

(representante legal)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

Edital de Licitação n.º _____

Tomada de Preços n.º _____

_____, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º _____,

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____,

portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob o n.º _____,

DECLARA, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar desse certame foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante, potencial ou de fato, dessa licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desse certame não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante, potencial ou de fato, dessa licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante, potencial ou de fato, desse certame quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desse certame não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante, potencial ou de fato, dessa licitação, antes da adjudicação do objeto;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desse certame não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do CREA-PR, antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(local e data)

(representante legal)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

Edital de Licitação n.º _____

Tomada de Preços n.º _____

_____, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º _____,

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____,

portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob o n.º _____,

DECLARA que não possui na sua cadeia produtiva, empregado executando trabalho degradante, ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, da Constituição Federal.

(local e data)

(representante legal)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO

_____ (nome) _____, Registro profissional nº _____, _____ (título profissional) _____, autorizo a minha inclusão como Responsável Técnico pelos serviços a serem executados descritos no objeto do Edital de Licitação n.º _____ – Tomada de Preços n.º _____ do CREA-PR.

Declaro também, sob as penas e rigor da Lei, estar regular perante o CREA-___ e disponível para a execução dos trabalhos necessários ao regular desenvolvimento dos serviços contratados, bem como para responder tecnicamente pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____.

Declaro ainda conhecer todas as informações e condições locais, inclusive normas municipais e correlatas, necessárias para a correta execução do objeto licitado.

(local e data)

(Nome completo)
(CREA- ___/___)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

Edital de Licitação n.º _____

Tomada de Preços n.º _____

_____, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º _____,

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____,

portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob o n.º _____,

DECLARA, sob as penas da lei, que está ciente da obrigação de comunicar ao CREA-PR a ocorrência de fatos supervenientes e impeditivos à sua habilitação.

(local e data)

(representante legal)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO VII - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

_____, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado e identificado, **CRENCIA** a pessoa abaixo qualificada para representa-lo(a) em todos os atos decorrentes do Edital de Licitação n.º ___/___ - Tomada de Preços n.º ___/___, outorgando-lhe amplos e irrestritos poderes para tomar qualquer decisão que se faça necessária.

Nome :
Nacionalidade :
Estado Civil :
Profissão :
Cédula de Identidade :
CPF :
Residência/Domicílio :
Função/cargo na Empresa :

Órgão emissor:

(local e data)

(representante legal)

OBRIGATÓRIO O RECONHECIMENTO DA ASSINATURA EM CARTÓRIO (OU EQUIVALENTE)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO VIII - MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA
(Lei n.º 8.666/93, art. 43, III)

Edital de Licitação n.º _____

Tomada de Preços n.º _____

A empresa abaixo representada declara na forma e sob as penas da Lei n.º 8.666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitações do CREA-PR. Para tanto, previamente renuncia o seu direito a recurso e ao respectivo prazo, concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

(local e data)

(representante legal)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ, Autarquia Federal instituída nos termos da Lei n.º 5.194/66, dotado de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.639.384/0001-59, UASG n.º 389088, com Sede na Rua Dr. Zamenhof, n.º 35, Alto da Glória, Curitiba - PR, neste ato representado por seu Presidente, o engenheiro _____, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, doravante denominado simplesmente CREA-PR, e _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com endereço _____, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, a seguir denominado(a) CONTRATADA, celebram este Contrato para a prestação de serviços de engenharia, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 e as seguintes cláusulas, originadas por meio do Edital de Licitação n.º _____ – Tomada de Preços n.º _____, conforme Ordenação de Despesas n.º _____, que autorizou sua lavratura, vinculado aos autos do processo SEI n.º _____, sendo aplicadas nos casos omissos as normas gerais de direito público, notadamente as do art. 37 da Constituição Federal, e supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

Constitui o objeto deste instrumento a execução, pela CONTRATADA, de serviços de serviços de engenharia para elaboração de estudos técnicos e projetos básico e executivo de eficiência energética - utilizando tecnologia BIM (*Building Information Modeling*) e com a obtenção de Etiquetagem ENCE Geral – visando à reforma de edificações destinadas às Sedes Regionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná.

§1º. Os estudos técnicos e projetos de eficiência energética devem contemplar, no mínimo:

- a) Instalação de painéis fotovoltaicos (nas coberturas das edificações, nas coberturas das vagas de estacionamento, áreas do terreno, etc.);
- b) Melhorias no sistema de iluminação natural e/ou artificial;
- c) Melhorias nos sistemas de condicionamento de ar;
- d) Melhorias no sistema de envoltória;
- e) Orientação para substituição de equipamentos elétricos. Para equipamentos listados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), somente devem ser utilizados aqueles classificados no Nível A da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE). Para equipamentos que não integrem o PBE, devem ser consideradas normas internacionais para definição de sua eficiência mínima, bem como critérios apresentados para etiquetagem de edificações e seus sistemas;
- f) Implantação de usina de geração de energia elétrica (se viável técnica e economicamente);
- g) Melhorias em sistemas que possibilitem bonificações nos Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética para Edifícios Comerciais – RTQ-C.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§2º. A execução do objeto deve prever a elaboração de 01 (um) estudo técnico e elaboração de 01 (um) projeto básico e 01 (um) projeto executivo de eficiência energética, para cada um dos seguintes imóveis, todos no Paraná:

- a) APUCARANA:**
- i) Endereço: Rua Guarapuava, n.º 580, CEP 86.800-250.
 - ii) Área do terreno: 600,00 m².
 - iii) Área construída: 653,68 m².
- b) LONDRINA:**
- i) Endereço: Av. Duque de Caxias, n.º 630, CEP 86.015-000.
 - ii) Área do terreno: 828,90 m².
 - iii) Área construída: 705,61 m².
- c) MARINGÁ:**
- i) Endereço: Av. Governador Munhoz da Rocha Netto, n.º 1139, CEP 87.030-010.
 - ii) Área do terreno: 2.699,11 m².
 - iii) Área construída: 1.395,68 m².
- d) PATO BRANCO:**
- i) Endereço: Rua Caramuru, n.º 10, CEP 85.501-064.
 - ii) Área do terreno: 792,00 m².
 - iii) Área construída: 312,41 m².
- e) PONTA GROSSA-PR:**
- i) Endereço: Rua João Manoel dos Santos Ribas, n.º 370, CEP 84.051-410.
 - ii) Área do terreno: 2.673,89 m².
 - iii) Área construída: 412,96 m².

§3º. Estão incluídas no objeto as seguintes atividades mínimas, bem como os serviços que se fizerem necessários à completa execução das intervenções requeridas:

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO
1	Levantamento das instalações, dos consumos e inventário de equipamentos, e elaboração de projeto <i>as built</i>
2	Estudos técnicos com avaliação da situação atual (relatório) dos equipamentos energéticos e seu consumo (linha de base), com eventuais diretrizes, ainda que sem números precisos, do potencial de eficiência que se pretende atingir
3	Projeto de eficiência energética com indicadores de resultado que permitam dimensionar, ainda que de forma paramétrica, os investimentos a serem realizados para a prestação do serviço e os níveis de desempenho energético a serem alcançados, incluindo sistema de compensação de energia elétrica
4	Estudo de viabilidade econômica financeira que projete a remuneração dos investimentos realizados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

5	Memorial descritivo e desenhos técnicos
6	Planilhas de orçamento – a partir do modelo BIM
7	Cronograma físico-financeiro
8	Caderno de especificações e encargos

§4º. De acordo os Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética para Edifícios Comerciais – RTQ-C e com o escopo do serviço, devem ser passíveis de avaliação e etiquetagem os seguintes sistemas:

- a) Envoltória;
- b) Iluminação;
- c) Condicionamento de ar; e
- d) Bonificações, incluindo elevadores, uso de água e geração por fontes renováveis.

§5º. A CONTRATADA deverá obter a etiqueta de eficiência energética Procel na fase de projeto (ENCE Geral PBE Edifica, preferencialmente Classe A), pré-requisito para o objetivo futuro de adquirir a certificação da edificação construída, quando da execução do projeto. Neste sentido, a CONTRATADA deverá considerar que:

- a) Será responsável por atender aos requisitos da certificação em todas as etapas de projeto: projeto básico e projeto executivo, inclusive verificando as possíveis interfaces com os requisitos para o projeto de arquitetura e projetos complementares.
- b) O processo de etiquetagem ocorrerá na inspeção de projeto ao fim da qual deverá ser emitida a ENCE de projeto.
- c) A etiqueta deve conter a avaliação dos sistemas: envoltória, iluminação e condicionamento de ar e ainda as bonificações cabíveis a fim de atingir a ENCE Geral de Projeto, preferencialmente Classe A.
- d) A inspeção de projeto poderá ser feita segundo os dois métodos disponíveis (prescritivo ou simulação). Caso ocorram alterações, durante a execução do objeto, que limitem ou modifiquem a metodologia, a CONTRATADA deverá se adaptar ao modelo mais próximo, mediante prévia ratificação do CREA-PR.
- e) Os regulamentos do Inmetro para essa certificação estão em fase de atualização e publicação. Desta forma, caberá a CONTRATADA analisar, de acordo com o cronograma de conclusão da etapa de projetos executivos, qual regulamento deverá ser utilizado conforme os prazos estabelecidos pelo Inmetro, inclusive com a devida consulta prévia ao órgão para confirmação. Portanto, em todas as etapas devem ser respeitados os requisitos contidos no RTQ-C (Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética em Edifícios), do Inmetro, conforme Portaria n.º 372/2010 (atual ou regulamento que venha substituí-lo no transcurso da execução do objeto, conforme Portaria n.º 42/2021, do Inmetro).
- f) Deverá conduzir e representar o CREA-PR, no processo de etiquetagem junto aos Organismos de Inspeção Acreditados (OIA), que por sua vez incluirá as seguintes atividades mínimas:
 - i) Desenvolver todos os projetos necessários até a sua finalização, com vistas à obtenção da Certificação Procel ENCE Geral PBE Edifica, preferencialmente Classe A;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- ii) Representar o CREA-PR perante os Organismos de Inspeção Acreditados (OIA), ou ainda junto a outros órgãos ou entidades correlatas, visando promover a impulsão natural do processo de certificação dos projetos;
- iii) Avaliar todos os itens de qualificação e/ou certificação previstos nos regulamentos aplicáveis;
- iv) Mobilização de toda a equipe necessária à obtenção da certificação, assim entendido como sendo, no mínimo, 01(um) profissional habilitado em cada uma das seguintes modalidades: arquitetura ou engenharia civil, engenharia elétrica e engenharia mecânica.
 - a. As atividades para a obtenção da certificação estão agrupadas nas seguintes etapas mínimas:
 - v) Desenvolvimento dos projetos, em todas as suas fases, com foco na preparação do edifício para atingir preferencialmente a etiqueta nível A no Programa PBE Edifica. Todos os itens de qualificação ou certificação previstos nos regulamentos aplicáveis devem ser incorporados aos projetos;
 - vi) Gestão do processo de etiquetagem do projeto. O projeto deverá obter a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, Geral, preferencialmente Classe A, fornecida pelo Inmetro e vinculada ao programa PROCEL Edifica. A CONTRATADA atuará como gestora do processo de obtenção da etiqueta perante o organismo e será responsável pela organização e envio da documentação necessária para inspeção junto ao Organismo de Inspeção Acreditado (OIA), a qual se incumbirá inclusive pela mobilização e contratação do órgão credenciado para emissão da etiqueta apropriada;
 - vii) Concluída a fase de projetos executivos, a CONTRATADA realizará a elaboração e envio de documentos da 1ª etapa do processo para obtenção da etiqueta de Projeto.
- g) Todas as taxas e as demais despesas necessárias à obtenção da certificação e da etiqueta ficam a cargo da CONTRATADA, incluindo a hipótese de inspeções adicionais.

§6º. Na execução do objeto deverão ser observados os seguintes requisitos técnicos gerais mínimos:

- a) Apreender as aspirações e expectativas do CREA-PR;
- b) Segurança na execução e na utilização da edificação;
- c) Funcionalidade e adequação ao interesse público;
- d) Economia e facilidade na execução, conservação, manutenção e operação da edificação;
- e) Especificação e utilização de serviços, equipamentos, materiais, utensílios e tecnologias acessíveis no mercado local;
- f) Observância rigorosa da legislação, normas técnicas e regulamentares vigentes;
- g) Maximização de eficiência energética;
- h) Minimização de impacto ambiental;
- i) Incorporar ao seu escopo o projeto de arquitetura existente.

§7º. O levantamento e diagnóstico da situação atual dos imóveis (estudos técnicos) devem caracterizar a viabilidade da proposta e conter informações sobre dados, necessidades, metodologias, soluções, recomendações e conclusões. A apresentação deve ser realizada por meio da elaboração de relatório com textos, tabelas, esquemas, desenhos e/ou fotografias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§8º. Os projetos deverão ser elaborados em nível executivo, de modo a possibilitar a execução completa da obra, e deverão contemplar o atendimento a legislação e normativos vigentes.

§9º. Todos os arquivos de modelos BIM devem conter as definições de elementos de projeto, anotações e todos os demais elementos necessários para a composição do projeto. Para tanto:

- a) Os elementos tridimensionais necessários para a elaboração dos projetos que não estejam disponíveis na internet ou em outro banco de dados deverão ser, obrigatoriamente, desenvolvidos pela CONTRATADA. Estes deverão possuir características físicas fidedignas com o objeto a ser criado como dimensões, materiais, cores, texturas, entre outras, desde que sejam importantes para coordenação, orçamento e planejamento.
- b) Os elementos de projeto utilizados no desenvolvimento dos projetos que estiverem no arquivo BIM deverão estar ou ser desenvolvidos de tal forma que o CREA-PR possa utilizá-los livremente em futuros projetos desenvolvidos ou contratados.
- c) O CREA-PR poderá editar e utilizar os arquivos de elementos do projeto sem ônus algum para o desenvolvimento de outros projetos.
- d) Definições para os desenhos:
 - i) Os arquivos digitais que contiverem desenhos não devem apresentar elementos representados fora de sua escala normal (“escalonados”), cotas editadas ou blocos editados ou explodidos, de forma a facilitar sua utilização posterior para conferência dos projetos impressos.
 - ii) As pranchas devem conter a lista de eventuais alterações de projeto, com a indicação do número da revisão.
 - iii) O carimbo deve conter, no mínimo, as seguintes informações: 1) nome do cliente (Crea-PR); 2) especialidade/título do projeto; 3) assunto da prancha; 4) endereço do imóvel; 5) nome e número do registro profissional do autor; 6) campos para assinatura (cliente e autor); 7) número da prancha; 8) escala de plotagem; 9) data da elaboração do projeto.
- e) O Nível de Desenvolvimento (LOD – *Level of Development*) dos elementos da modelagem em BIM deverá ser:
 - i) Nível de Detalhe (ND): de acordo com as etapas de projeto:

Etapa	Nível de Detalhe (ND)	Descrição
Projeto Básico	350	Elementos finais, com visão da construção e da identificação das interfaces entre as especialidades.
Projeto Executivo	400	Detalhamento de todos os elementos que possuam ligação com os de outras disciplinas, de modo a gerar um conjunto de informações suficientes para a perfeita caracterização das obras/ serviços a serem executados, bem como a avaliação dos custos, métodos construtivos e prazos de execução.

- ii) Nível de Informação (NI): de acordo com as etapas de projeto:

Etapa	Nível de Informação (NI)	Descrição
-------	--------------------------	-----------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Projeto Básico	3	Codificação de elementos.
Projeto Executivo	4	Informação de modelo e fabricante.

- f) A dimensão BIM 3D deverá trazer o modelo com informações e funcionalidades, a análise de interferências (*clash detection*). Trata-se da modelagem tridimensional de todos os elementos que compõem o projeto dentro de um mesmo ambiente virtual, reunindo informações gráficas e não gráficas distribuídas em um ambiente de compartilhamento de dados acessível, rastreável, transparente e seguro. No modelo serão inseridas ainda, informações relativas a índices e especificações técnicas dos diversos elementos. Através da parametrização dos elementos é possível definir as dimensões, localização espacial, materiais, gerar relatórios de extração de quantitativos e realizar a compatibilização das disciplinas de projeto.
- g) A dimensão BIM 4D deverá adicionar a variável “tempo” ao modelo 3D, que se refere ao planejamento da obra. A variável tempo em conjunto com as informações do modelo permitem desenvolver um programa de projeto preciso, possibilitando comparar a evolução da execução da obra com o que foi planejado no cronograma físico, facilitando o monitoramento e o controle. Deve garantir uma simulação virtual da execução de obra e de processos construtivos, permitindo definição precisa antes da execução real.
- h) A dimensão BIM 5D deverá adicionar a variável “custo” às dimensões 3D e 4D, a fim de permitir efetuar orçamentos assertivos e um cronograma físico-financeiro realista e previsível, baseado nas informações disponíveis no modelo, e sua forma automática e precisa de extração de quantitativos e insumos. Para tanto:
- Os projetos de diferentes especialidades deverão apresentar perfeita compatibilização entre si, refletidas também nas peças de memorial e planilhas orçamentárias do conjunto, de modo a não suscitar dúvidas, omissões, conflitos ou outras interpretações que venham prejudicar sua integral execução.
 - Todos os documentos aprovados (estudos técnicos e projetos – versão final) deverão ser entregues em 01 (uma) via física assinada, além dos arquivos digitais nas extensões “.docx”, “.xlsx”, “.dwg”, “.rvt”, “.nwc” e “.pdf” entregues em mídia digital, sem qualquer proteção ou bloqueio.

§10. A entrega das etapas de projeto básico e projeto executivo deve ser realizada em 01 (uma) via física e em arquivo digital.

§11. Os estudos técnicos, memoriais, orçamentos e cronogramas devem ser impressos em folha de papel sulfite branco tamanho A4, com impressão de fotos e gráficos colorida e encadernação do tipo espiral.

§12. As pranchas deverão ser plotadas em folha de papel sulfite branco de tamanho mínimo A2, com legendas e cotas plotadas, sem rasuras ou emendas.

§13. Os desenhos técnicos deverão seguir as normas brasileiras (ABNT) e serão apresentados em arquivos com as extensões “.dwg”, “.rvt”, “.nwc”, sem qualquer proteção ou bloqueio, elaborados em programa compatível com o *Autodesk 2020* ou superior.

§14. Os arquivos deverão ser entregues separados por disciplinas e além dos formatos nativos (rvt, dwg, etc) também devem ser entregues no formato IFC 2x3 ou IFC4.

§15. Uma lista numerada, agrupada por projeto específico e que exiba todos os documentos integrantes dos projetos deverá ser entregue ao CREA-PR contendo o nome e a descrição de cada um dos arquivos, além de observações julgadas pertinentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§16. Na execução das etapas de desenvolvimento do projeto básico e executivo deverá ser considerado:

- a) Projeto Básico (o que fazer): deverá conter os projetos e o detalhamento das definições construtivas que envolvem o conjunto de desenhos, memoriais, memórias de cálculo, orçamento, cronograma e demais informações técnicas necessárias à licitação (art. 6º, IX, da Lei n.º 8.666/93), à contratação e à execução de obra de edificação (Projeto Completo de acordo com as normas ABNT NBR 16.636-1 e NBR 16.636-2).
- b) Projeto Executivo (como fazer): deverá conter todas as informações necessárias para o perfeito entendimento do projeto e execução da obra, por meio de informações técnicas detalhadas e definitivas relativas à edificação e todos os seus elementos, componentes e materiais.
- c) Para todos os projetos deverão ser elaboradas plantas baixas dos pavimentos, cortes, elevações, detalhes e demais documentos para o perfeito entendimento da solução proposta.
- d) Deverá ser observada a conformidade do objeto com as posturas municipais e/ou outras legislações aplicáveis e obter as documentações e autorizações preliminares exigidas por todos os órgãos públicos e concessionárias competentes, se for o caso.
- e) Cada uma das etapas passará por análises técnicas para sua aprovação, podendo ser necessária mais de uma revisão por etapa.
- f) Serão admitidas até 02 (duas) revisões por etapa.
- g) As tabelas de quantitativos de objetos e de materiais devem estar formatadas de tal forma a extrair as informações de maneira automática e diretamente dos modelos BIM.
- h) A planilha de orçamento dos projetos deve conter, em separado, o valor dos serviços (mão de obra), equipamentos e materiais, a referência utilizada (fonte e respectivo código, quando aplicável), unidade, quantidade, preço unitário, preço total, total geral e BDI, com as respectivas fórmulas de cálculo, tudo conforme recomendações atualizadas do Tribunal de Contas da União - TCU. Na coluna que indicar qual foi o critério utilizado para a obtenção do preço:
 - i) Deve ser utilizado como referência básica, quando aplicável, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, ou outro sistema de preços oficial que melhor corresponda à realidade local, devidamente indicado e justificado.
 - ii) Todos os preços compostos que não sejam originados por sistemas de preços oficiais deverão ter suas composições apresentadas de forma analítica, em anexo ao orçamento detalhado, contendo as composições dos custos unitários dos serviços.
 - iii) Para os materiais e serviços não constantes nas condições anteriores, deverá ser realizada pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor (mínimo 3), com a adoção dos menores valores obtidos. A CONTRATADA deverá fornecer ao CREA-PR todas as cotações e orçamentos obtidos.
 - iv) Deverão ser apresentadas as composições analíticas das Leis Sociais e do BDI aplicados no orçamento.
 - v) Para o BDI, devem ser utilizados os valores de referência o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) 2.622/2013-P.
 - vi) O orçamento deverá ser apresentado com valores financeiros com duas casas decimais.
 - vii) O cronograma físico-financeiro deve contemplar todas as fases de execução da obra e representar o desenvolvimento previsto para a execução total dos serviços em relação ao tempo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

viii) O orçamento e o cronograma físico-financeiro devem ser apresentados em planilha Excel, com todas as fórmulas visíveis e editáveis.

§17. Os direitos patrimoniais relativos aos estudos e projetos desenvolvidos pela CONTRATADA para execução do objeto contratual serão cedidos ao CREA-PR, conforme imperativo do art. 111, da Lei n.º 8.666/93.

§18. A aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos e concessionárias competentes, caso necessário, bem como as respectivas taxas e despesas são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

- a) A elaboração de projeto específico para aprovação nos órgãos públicos e concessionárias, conforme as regras e exigências dessas entidades, é de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Deverão ser encaminhados ao CREA-PR os originais dos projetos com os carimbos de aprovação e chancela dos órgãos competentes.
- c) A aprovação do projeto não eximirá os seus autores das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.
- d) Na hipótese de não ser necessária a aprovação exigida, o profissional autor do respectivo projeto deve emitir declaração em que afirme a sua dispensabilidade, anexando-a ao projeto.

§19. A CONTRATADA deverá empregar a norma culta da língua portuguesa na elaboração e redação memoriais, textos e planilhas, etc, em todas as fases, observando o conjunto de regras e padrões linguísticos que correspondem a alto nível de escolaridade, sempre procedendo a revisão ortográfica, de acentuação, pontuação, estilo e gramatical antes da entrega do material ao CREA-PR. Todos os projetistas envolvidos devem seguir o mesmo padrão de formatação, linguagem e redação nos documentos escritos das diferentes disciplinas.

§20. A CONTRATADA deverá prestar todo e qualquer esclarecimento necessário à correta interpretação dos projetos e demais especificações por ela desenvolvidas, especialmente na ocasião da respectiva execução do objeto ou da licitação para sua contratação.

§21. O CREA-PR encaminhará por meio eletrônico (e-mail), as dúvidas ou questionamentos dos interessados, ocasião em que deverá receber resposta em até 24 (vinte e quatro) horas, sempre com a clara indicação dos fundamentos legais e/ou técnicos que embasaram a sua resposta (lei, norma, estudo científico, etc.).

§22. Na hipótese de ser necessária qualquer correção nos projetos ou demais especificações, estas deverão ser realizadas em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do término do prazo indicado no parágrafo anterior.

§23. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos ou promover as alterações necessárias por até 5 (cinco) anos contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

§24. A CONTRATADA será responsável pela observância das Leis, dos Decretos, das Portarias, das Normas (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, concessionárias de serviços públicos, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, dentre outros), dos Regulamentos, dos Códigos, das Resoluções, das Instruções Normativas e das demais aprovadas no âmbito do Crea-PR, direta e/ou indiretamente aplicáveis à execução do objeto, inclusive por suas eventuais subcontratadas, a exemplo de:

- a) Lei nº 10.295/2001 - dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.
- b) Lei nº 12.305/2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) Decreto nº 4.059/2001 - regulamenta a Lei nº 10.295/2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências.
- d) Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- e) Instrução Normativa nº 02/2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam *retrofit*;
- f) Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) - estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos na construção civil, e suas alterações;
- g) Portaria nº 42/2021 - Aprova a Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas (INI-C) que aperfeiçoa os Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C), especificando os critérios e os métodos para a classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à sua eficiência energética;
- h) Resolução Normativa ANEEL n.º 482/2012 – Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica e dá outras providências;
- i) Portaria n.º 372, de 17 de setembro de 2010, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) - requisitos técnicos da qualidade para o nível de eficiência energética de edifícios comerciais de serviços públicos;
- j) Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego:
 - i) NR 08 – Edificações;
 - ii) NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
 - iii) NR 24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
 - iv) NR 35 – Trabalho em altura.
- k) Normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas: NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; NBR 14.037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações — Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos; NBR 15.575 – Edificações habitacionais – desempenho (todas as 6 partes);
- l) Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C);
- m) Manual de Aplicação da INI-C – Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas de Junho/2021;
- n) Instruções do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI;
- o) Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- p) Guia Prático para Projetos de Eficiência Energética em Edifícios através de parcerias Público-Privadas, do Ministério do Meio Ambiente.

§25. A execução deverá se desenvolver de forma harmônica, consistente e coordenada, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação, atendendo às diretrizes gerais de projeto e legislação, e ainda de acordo com as seguintes diretrizes gerais:

- a) Adoção de soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do procedimento;
- b) Adoção de soluções construtivas racionais elegendo, na medida do possível, sistemas de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;
- c) Adoção de soluções que visem ao desenvolvimento sustentável ao longo de todo ciclo de vida da construção;
- d) Adoção de sistema de compensação de energia elétrica, de maneira que os imóveis sejam autossustentáveis nessa questão, com a utilização de fontes renováveis de energia;
- e) Adoção de soluções que minimizem os custos e ofereçam facilidade de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;
- f) Garantia de segurança na utilização da edificação, com aplicação das normas pertinentes;
- g) As tecnologias construtivas, os materiais, os serviços e os equipamentos a serem adotados no projeto deverão se ater às questões de sustentabilidade, redução de impactos ambientais e eficiência energética da edificação;
- h) Utilização de materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;
- i) Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado;
- j) Garantia do conforto e bem estar no conjunto da edificação;
- k) Atendimento às necessidades e às expectativas do Crea-PR por meio da apresentação de soluções inteligentes, inovadoras e contemporâneas, referentes à sustentabilidade, à funcionalidade, à economicidade, à durabilidade, ao conforto e à higiene.

§26. Os serviços serão acompanhados por meio de reuniões periódicas (videoconferência) entre a CONTRATADA e o fiscal do contrato e seus eventuais prepostos.

- a) As reuniões ocorrerão a critério da fiscalização deste Contrato, em quantidade e periodicidade a serem definidas em função das necessidades demandadas ao longo dos trabalhos. Poderão ser convocadas reuniões extraordinariamente para atender a demandas urgentes e/ou imprevistas.
- b) As reuniões serão realizadas por videoconferência, portanto, a CONTRATADA deve dispor de um ambiente adequado e silencioso, bem como todos os requisitos e recursos tecnológicos de *hardware* e *software* necessários para viabilizar perfeitamente este tipo de reunião, tais como: computador, programas computacionais, webcams, caixas de som, microfones, acesso à internet com conexão veloz e estável, etc. Na eventual impossibilidade técnica da realização por meio de tecnologia (internet), todas as despesas referentes a reunião presencial correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) A CONTRATADA poderá ser contatada rotineiramente durante a execução do objeto para o esclarecimento de dúvida ou obtenção de informações complementares.

§26. A CONTRATADA indica o(a) Engenheiro(a) Eletricista _____ como seu representante, que ficará encarregado da coordenação desde o início da execução do objeto. Para tanto, declara que:

- a) Integra o seu quadro técnico;
- b) É devidamente qualificado, estando à disposição do CREA-PR as atividades contratadas, e ainda para prestar esclarecimentos;
- c) Está autorizado a programar e coordenar as reuniões entre os profissionais da equipe que exercerão suas atividades;
- d) Analisará os comentários ou recomendações apresentadas pelo CREA-PR, e em caso de não atendimento apresentar fundamentação técnica, que poderá ser rejeitada também por critérios técnicos.

§27. Caso alguma solução apresentada pela CONTRATADA indicar a remoção e/ou construção de paredes em alvenaria ou alteração de quaisquer elementos estruturais da edificação, deverá ser apresentado laudo técnico que ateste a viabilidade da intervenção.

§28. Durante a execução do objeto, a fiscalização do CREA-PR irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, a ponto de prestar orientações, esclarecimentos e detalhamentos que se façam necessários ao fiel cumprimento dos itens deste instrumento, baseados em legislação, normativos, guias, publicações, manuais, melhores práticas, consultorias, bem como intervir e requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades eventualmente constatadas.

§29. Todos os serviços deverão atender fielmente as especificações que originaram este Contrato, que por sua vez se vincula ao respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

§30. A forma de execução é indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

§31. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos e promover as correções indicadas pelo CREA-PR por até 5 (cinco) anos, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PESSOAL E RECURSOS DISPONIBILIZADOS

A CONTRATADA será a ÚNICA responsável pela integral disponibilização de todo o pessoal, equipamentos, meios de comunicação, treinamentos, instalações físicas e recursos técnicos e administrativos necessários à completa execução do objeto estipulado na Cláusula Primeira deste Contrato, mesmo que aqui não mencionados.

Parágrafo Único: A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento de todas as taxas, impostos e contribuições originadas na execução deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA, CRITÉRIOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Pela execução do objeto constante da Clausula Primeira, o CREA-PR pagará à CONTRATADA o valor global de até R\$ ____ (____), em moeda corrente nacional.

§1º. O objeto deverá ser executado pela CONTRATADA conforme Cláusula Primeira deste instrumento, ocasião em que será emitido o respectivo documento fiscal, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação, observado que:

- a) O pagamento do objeto será efetuado em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de aceite do objeto, por meio de depósito junto ao Banco n.º _____, Agência n.º _____ Conta Corrente n.º _____, em nome da CONTRATADA, ou neste mesmo prazo, o CREA-PR devolverá à CONTRATADA o documento fiscal e anexos, por incompatibilidade entre o requerido e o efetivamente executado.
- b) Por ocasião do protocolo do documento fiscal a CONTRATADA deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela CEF e a Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. Deverá, ainda, apresentar a comprovação da manutenção da sua regularidade quanto aos débitos trabalhistas e tributos estaduais e municipais.
- c) A comprovação da regularidade da CONTRATADA prevista na alínea anterior poderá ser efetuada pelo próprio CREA-PR, desde que possível a sua confirmação mediante simples diligência aos respectivos endereços eletrônicos. Na impossibilidade de obtenção pelo CREA-PR, via internet, de qualquer das comprovações indicadas, caberá exclusivamente à CONTRATADA tal providência.
- d) Ao efetuar o pagamento, serão retidos os tributos e encargos que a Lei assim determinar, dentre eles o imposto de renda e as contribuições previstas no *caput* do art. 64 da Lei n.º 9.430/96, salvo para as empresas comprovadamente enquadradas nas exceções predefinidas e normatizadas pela Receita Federal do Brasil – RFB.

§2º. Qualquer irregularidade no documento fiscal, ou nos documentos que devem seguir em anexo, que comprometa a liquidação da obrigação, obrigará a apresentação de novo documento e nova contagem do prazo para pagamento. Neste sentido, a ausência da comprovação exigida na alínea “c” do parágrafo anterior não dará origem à retenção de pagamento, mas sim a comunicação ao órgão competente da existência de crédito em favor da CONTRATADA, para que este tome as medidas adequadas, sem prejuízo a rescisão deste instrumento por imperativo do art. 55, XIII, combinado com o art. 78, I, ambos da Lei n.º 8.666/93.

§3º. Cabe exclusivamente à CONTRATADA emitir e entregar no CREA-PR, mediante protocolo, a primeira via do documento fiscal referente à execução do objeto, independentemente de a CONTRATADA possuir e adotar qualquer tipo de sistema eletrônico de faturamento.

§4º. O CREA-PR não se responsabilizará por quaisquer obrigações não previstas neste instrumento nem fará adiantamentos de valores à CONTRATADA, seja de que natureza for, nem arcará com despesas operacionais ou administrativas que sejam realizadas pela CONTRATADA na execução do objeto contratado.

§5º. Desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma, o eventual e imotivado não pagamento por parte do CREA-PR, ensejará encargos moratórios, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento do Documento Fiscal, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

$$EM = \text{Encargos moratórios};$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira = 0,0001638, assim apurado:
 $i/365 I = (6/100)/365 I = 0,00016438$
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

§6º. A importância indicada no *caput* abrange todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

§7º. Na remota hipótese de prorrogação da vigência deste instrumento por mais de 12 (doze meses), desde que inexistir culpa da CONTRATADA, o reajustamento dos preços ainda pendentes de pagamento será efetuado com base na variação acumulada desde a data da apresentação da proposta de preço, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§8º. A CONTRATADA é a única responsável pela correta indicação dos encargos tributários.

§9º. Qualquer alteração nos valores indicados no *caput* somente será efetuada nas hipóteses expressamente permitidas neste instrumento e em lei, mediante requerimento formal motivado e instruído pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE CONCLUSÃO

Este contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados de sua assinatura pelo representante legal do CREA-PR, podendo ser prorrogado apenas nas hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único: a execução do objeto deverá ser concluída em até 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço. Para tanto deverão ser consideradas as seguintes condições:

- a) O estudo técnico deve ser elaborado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Ordem de Serviços;
- b) O projeto básico deve ser entregue em até 30 (trinta) dias, contados da validação dos estudos técnicos;
- c) O projeto executivo deve ser entregue em até 30 (trinta) dias, contados da aprovação do projeto básico;
- d) O objeto deverá ser iniciado mediante prévio registro da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94, e dos dispositivos constantes no Edital, a CONTRATADA deverá prestar o valor de R\$ _____ (_____), a título de garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total, devendo, a referida garantia, ter prazo de validade idêntica à deste instrumento, que poderá ser estendida na hipótese de sinistro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§1º. A efetivação da garantia deverá ser comprovada em até 10 (dez) dias úteis, contados da disponibilização eletrônica deste instrumento e prorrogáveis por igual período a critério do CREA-PR, podendo a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

§2º. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução deste instrumento, tais como:

- a) Prejuízos advindos da não execução do objeto deste Contrato e do não adimplemento das obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados ao CREA-PR ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou seus agentes, durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pelo CREA-PR à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

§3º. Na hipótese de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado junto à Caixa Econômica Federal (Banco n.º 104), agência n.º 0373, operação n.º 003, Conta Corrente n.º 600-2, mediante depósito identificado em favor do CREA-PR. Tal valor será transferido pelo CREA-PR para uma conta poupança, visando à sua correção e remuneração conforme regulamentação vigente, até que ocorra o previsto no §14 desta Cláusula.

§4º. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§5º. A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia ou para a sua reposição, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor deste instrumento por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CREA-PR a promover a rescisão deste Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular desta Cláusula, conforme dispõe o art. 78, I e II, da Lei n.º 8.666/93.

§6º. Na hipótese de garantia na modalidade de fiança bancária, sob a pena de não ser aceita, deverá constar expressa renúncia do fiador, aos benefícios dos artigos 827 e 838 do Código Civil, e ainda:

- a) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao CREA-PR, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- b) Na eventual designação de foro para dirimir questões relativas à fiança, deve ser eleito o foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

§7º. No caso de a prestação da garantia ser efetuada na modalidade de seguro-garantia, a CONTRATADA se obriga a:

- a) Comunicar à seguradora, para aprovação de sua apólice, as alterações contratuais;
- b) Fazer com que o valor coberto pela apólice esteja plenamente indexado ao Contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) Pagar junto à seguradora, na hipótese de reajustamento monetário ser superior ao estabelecido na respectiva apólice, os valores adicionais, de modo a permitir que os valores das obrigações seguradas mantenham a mesma variação prevista neste Contrato;
- d) Fazer com que a apólice vigore por todo o período de vigência exigido e somente venha a extinguir-se com o cumprimento integral de todas as obrigações oriundas deste Contrato e de seus aditamentos;
- e) Constituir em documento único, reunindo todas as apólices, quando necessária à formalização de garantias adicionais resultantes de acréscimo, reajuste ou reequilíbrio.
- f) Sob a pena de não ser aceita, exigir da seguradora que a apólice indique:
 - i. O CREA-PR como beneficiário;
 - ii. Que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA por meio deste instrumento, inclusive as de natureza trabalhista e/ou previdenciária, até o valor limite de garantia fixado na apólice.
 - iii. Na eventual designação de foro para dirimir questões relativas à cobertura, deve ser eleito o foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

§8º. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CREA-PR, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

§9º. A comprovação da garantia deve ser efetuada mediante protocolo na Sede do CREA-PR, ou encaminhada de forma digitalizada, por intermédio do e-mail licitacao@crea-pr.org.br. O CREA-PR poderá solicitar documentos complementares, na hipótese de não ser possível confirmar a efetividade de tal comprovação.

§10. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou prorrogada nas mesmas condições. A forma de complementação da garantia se aplica em qualquer hipótese de reajustamento do valor contratual, inclusive na hipótese de ser firmado termo aditivo para realização dos serviços inicialmente não previstos.

§11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo CREA-PR, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

§12. Toda e qualquer garantia prestada responderá pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA eventualmente inadimplidas na vigência do Contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo da vigência da garantia.

§13. A garantia contratual será utilizada de forma prioritária pelo CREA-PR sempre que incidir uma penalidade sobre os serviços prestados pela CONTRATADA, ou ainda, qualquer falha na execução dos termos deste instrumento, de acordo com os percentuais estabelecidos para cada caso. O CREA-PR poderá utilizar a garantia contratual a qualquer momento, para se ressarcir de quaisquer obrigações inadimplidas pela CONTRATADA, tudo conforme o art. 86, §2º, e art. 87, §1º, ambos da Lei n.º 8.666/93.

§14. Após a execução do objeto deste Contrato, com o término da sua vigência, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, mediante seu requerimento a garantia por ela prestada será liberada ou restituída pelo CREA-PR, conforme o caso, sendo considerada extinta com a devolução da apólice, carta fiança ou títulos da dívida pública, ou ainda com a transferência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

bancária da importância em dinheiro por ela depositada, corrigida conforme §3º desta Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O CREA-PR poderá rescindir este Contrato por ato unilateral motivado, nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei n.º 8.666/93, sendo garantido à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, relativos à execução do objeto, serão lavrados em instrumento próprio, assinados pelas partes e farão parte integrante do Contrato, nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b", parágrafos 2º, 3º e 4º da Lei n.º 8666/93. Para tanto:

- a) Por ocasião da conclusão da execução do objeto, a CONTRATADA deverá solicitar o seu recebimento mediante protocolo junto ao departamento competente do CREA-PR.
- b) O Termo de Recebimento Provisório somente será lavrado se todos os serviços estiverem concluídos e aceitos pelo CREA-PR, ou carecendo de diminutos ajustes, que possam ser facilmente corrigidos, a critério do CREA-PR. Quando assim não forem, com base no art. 76 da Lei n.º 8.666/93, será lavrado o Termo de Rejeição, especificando as razões do ato. Neste caso, deverá a CONTRATADA, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento dos serviços, nos termos do item anterior.
- c) Após 90 (noventa) dias da data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, e conseqüentemente, do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA deverá solicitar a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a ser emitido apenas na hipótese de o objeto ter sido inteiramente aceito pelo CREA-PR.
- d) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, nem mesmo a ético-profissional

CLÁUSULA OITAVA – DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidas por meio deste Contrato, sem a concordância prévia e formal do CREA-PR.

§1º. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto, sob pena de rescisão deste instrumento e aplicação das sanções previstas para inadimplência parcial ou total, conforme o caso, a ser determinada de acordo com a parcela do objeto já executada e aceita pelo CREA-PR.

§2º. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser prontamente comunicadas ao CREA-PR, visando que este delibere, motivadamente, sobre a possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial para tanto, que seja comprovado o atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou este instrumento. A eventual não manutenção das condições de habilitação motivará a rescisão deste Contrato, sem prejuízo à aplicação das sanções indicadas no parágrafo anterior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§3º. A CONTRATADA declara-se ciente de ser a única responsável pelos serviços e obras executados por suas subcontratadas, incidindo sobre ela a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas.

§4º. A pessoa, física ou jurídica, que venha eventualmente a ser subcontratada para executar parte do objeto, previamente deverá ser formalmente apresentada ao CREA-PR, momento em que será comprovado o atendimento das seguintes exigências:

- a) Não haver sido declarada suspensa do direito de licitar perante a Administração;
- b) Não haver sido declarada inidônea perante a Administração Pública;
- c) Não haver sido pedida ou declarada sua falência.
- d) Estar regular no recolhimento de tributos e contribuições perante todas as esferas governamentais;
- e) Estar regular perante o seu Conselho Profissional competente.

§5º. A inobservância pela CONTRATADA das disposições previstas nesta Cláusula assegura ao CREA-PR o direito de rescisão contratual, sujeitando-se, a CONTRATADA, às penalidades descritas neste instrumento contratual, bem como na legislação.

CLÁUSULA NONA - DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

No interesse do CREA-PR a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições previstas neste instrumento e desde que expressamente autorizado pelo CREA-PR, o acréscimo ou a supressão do valor atualizado descrito na cláusula terceira deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além daquelas já expressamente definidas nas demais condições deste instrumento:

- a) Cumprir a legislação e as normas técnicas, inclusive da ABNT, inerentes à execução do objeto e a sua atividade;
- b) Cumprir os prazos para a execução do objeto;
- c) Não transferir indevidamente a outrem, a execução do objeto e demais obrigações avençadas;
- d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CREA-PR em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da solicitação, cujas reclamações se obrigam a se manifestar e atender prontamente;
- e) Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;
- f) Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto, inclusive e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva;
- g) Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- h) Substituir, sempre que exigido pelo CREA-PR e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público;
- i) Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação vigentes;
- j) Assumir:
 - i) Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto;
 - ii) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CREA-PR;
 - iii) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CREA-PR;
 - iv) Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;
 - v) Todos os eventuais danos causados diretamente ao CREA-PR, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos, durante a execução do objeto;
 - vi) Todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do CREA-PR;
 - vii) Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o CREA-PR isento de qualquer vínculo empregatício.
- k) Indicar e manter o seu representante junto ao CREA-PR, que durante o período de vigência do Contrato será a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para as reclamações que porventura surjam durante a execução do objeto;
- l) Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do CREA-PR a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;
- m) Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do CREA-PR, apresentando cópia à fiscalização deste Contrato;
- n) Não contratar para atuar na execução do Contrato servidor pertencente ao quadro de pessoal do CREA-PR, ou terceiro que já lhe preste serviços;
- o) Manter banco de dados atualizado dos empregados que estejam eventualmente desempenhando suas atividades nas instalações do CREA-PR, contendo, minimamente: nome, CPF, nível de escolaridade, endereço residencial e telefone, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- p) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CREA-PR, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, se for o caso;
- q) Providenciar, sem custos e/ou procedimentos adicionais, a imediata substituição de qualquer insumo inadequado, assim considerado como sendo aquele que não atenda às especificações deste instrumento;
- r) Executar o objeto com esmero e correção, refazendo tudo aquilo que for impugnado pelo Fiscal do Contrato, mesmo que já realizado ou em execução, sem acréscimo de prazo e/ou ônus para a o CREA-PR;
- s) Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno às atividades do CREA-PR;
- t) Comunicar ao Fiscal deste Contrato, formalmente e por meio de protocolo, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação ajustada, visando à adoção das medidas cabíveis por parte do CREA-PR;
- u) Não utilizar o nome e/ou logomarca do CREA-PR em qualquer tipo de divulgação da sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto;
- v) Não se pronunciar a imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do CREA-PR que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto;
- w) Abster-se de caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer tipo de operação financeira;
- x) Realizar reuniões periódicas com o Fiscal do Contrato, ou a qualquer momento, se convocado, para avaliação do andamento da execução do objeto. Na impossibilidade técnica de ser possível a realização por meio de tecnologia (internet), todas as despesas correrão exclusivamente por sua conta;
- y) Empregar profissionais preparados e habilitados para o desempenho das funções, bem como mantê-los devidamente identificados quando exercendo atividades nas dependências do CREA-PR;
- z) Registrar as ocorrências observadas durante a execução do objeto, bem como informar prontamente ao CREA-PR eventuais anormalidades;
- aa) Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência e/ou comportamento junto ao CREA-PR sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios;
- bb) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CREA-PR por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, ao CREA-PR se reserva ao direito de descontar o valor, sem prejuízo na aplicação de eventuais penalidades;
- cc) Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, inclusive em casos emergenciais;
- dd) Comprovar o(s) registro(s) do(s) respectivo(s) documento(s) de responsabilidade técnica, bem como informar imediatamente o CREA-PR na hipótese de alteração do seu responsável técnico;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- ee) Manter o seu registro regular, bem como de um responsável técnico habilitado;
- ff) Seguir o protocolo de higienização do Crea-PR;
- gg) Manter, na direção e responsabilidade técnica o profissional habilitado e indicado no curso da licitação, que ficará autorizado a representar a Contratada em suas relações com o Crea-PR. A substituição do Responsável Técnico e/ou integrante da equipe técnica, somente poderá ocorrer por outro de igual lastro de experiência e capacidade, e mediante aceitação formal do Crea-PR.
- hh) Adotar as demais providências pertinentes ao seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a operacionalização do objeto deste instrumento, com eficiência e atendimento a legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREA-PR

São obrigações do CREA-PR:

- a) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.
- b) Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com o objeto, inclusive na hipótese de execução por terceiros sem autorização.
- c) Notificar a CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- d) Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados.
- e) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais previstas.
- f) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA após a execução do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos.
- g) Proporcionar os meios necessários ao cumprimento das obrigações dentro das normas e condições aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CUMPRIMENTO DA LGPD

Este instrumento incorrerá no tratamento de dados pessoais pelas partes, abrangendo a sua coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, motivo pelo qual as pessoas físicas relacionadas neste instrumento consentem e autorizam desde já o livre fornecimento, tratamento e uso dos seus dados pessoais de forma a atender única e exclusivamente a finalidade pública prevista neste ajuste, com vistas à persecução do interesse público e com o objetivo de executar as competências legais e cumprir as atribuições do serviço público exercido pelo CREA-PR, estando a utilização de tais dados atrelada a uma atividade estatal e, portanto, submetida, dentre outros, ao princípio da publicidade e aos ditames da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§1º. Os dados coletados e armazenados em virtude do presente instrumento poderão ser livremente acessados e utilizados pela CONTRATADA desde que observados os princípios e regras previstos na LGPD.

§2º. O CREA-PR poderá:

- a) Realizar o uso compartilhado de dados pessoais com outros entes da Administração Pública, objetivando atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e a atribuições legais de outros órgãos e entidades públicos, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º da LGPD;
- b) Realizar o compartilhamento de dados pessoais constantes de bases de dados com entes privados, nas hipóteses previstas no art. 26, §1º, da LGPD.

§3º. As partes se obrigam ao cumprimento das regras estabelecidas na LGPD quanto ao armazenamento e tratamento de dados pessoais aqui informados, de modo que os padrões, meios técnicos e processos envolvidos sejam suficientemente anonimizados e compatíveis com a execução livre e desembaraçada do objeto deste instrumento.

§4º. A CONTRATADA deverá executar o objeto descrito na Cláusula Primeira deste instrumento observando os princípios previstos na LGPD, em especial os da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação no tratamento dos dados.

§5º. O CREA-PR declara possuir um departamento de controladoria interna, contando com a figura do *Controler* a quem compete tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (cujos dados para contato e identificação poderão ser solicitados a qualquer tempo), e adota processos internos de governança para a proteção de dados, os quais serão alterados ou adequados, conforme o caso, sempre que for necessário para o atendimento às premissas da LGPD, devendo a CONTRATADA também armazenar e tratar os dados pessoais fornecidos neste instrumento de acordo com tais premissas, adotando padrões, meios técnicos, processos e regras de *compliance*, de modo que os dados pessoais sejam considerados suficientemente protegidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ajuste.

§6º. A CONTRATADA estará passível à aplicação das sanções previstas neste contrato no caso de haver sido constatado o descumprimento, de forma deliberada ou por incapacidade técnica, dos princípios indicados no §4º desta Cláusula, sem prejuízo à rescisão deste ajuste. As eventuais irregularidades cometidas durante a vigência deste instrumento quanto ao tratamento de dados pessoais, inclusive as decorrentes de práticas de mercado amplamente adotadas, serão apuradas e apenadas ainda que constatadas após a execução do objeto.

§7º. As condições previstas na Cláusula Primeira quanto ao regime de execução do objeto deste instrumento não poderão conflitar direta ou indiretamente com a LGPD ou frustrar os objetivos nela estabelecidos, devendo as partes notificarem imediatamente uma à outra no caso de identificarem qualquer ameaça ao seu cumprimento. Nesta hipótese, deverá ser instaurado o competente expediente administrativo, mediante o qual serão evidenciadas as tratativas que deram ensejo à respectiva adequação, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

A CONTRATADA é responsável, com exclusividade, por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais, presentes ou futuros, inclusive as normas de relação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

do trabalho, decorrentes da prestação de serviços originada no fornecimento ora contratado, bem assim qualquer eventual indenização que decorra da relação laboral, inclusive em casos de morte, lesões corporais e/ou psíquicas, que impliquem ou não em impossibilidade do trabalho do empregado, ocorridas na persecução dos serviços.

§1º. Nenhum vínculo empregatício, sob qualquer hipótese, estabelecer-se-á entre o CREA-PR e os empregados da CONTRATADA, que por sua vez responderá por toda e qualquer ação judicial originada da execução do objeto contratado, proposta pelos empregados da CONTRATADA.

§2º. A CONTRATADA reconhecerá como seu débito líquido e certo, o valor que for apurado em execução de sentença em processo trabalhista, ajuizado por seu ex-empregado, ou no valor que for ajustado entre o CREA-PR e o reclamante, no caso de acordo efetuado no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Para fins de acompanhamento e fiscalização da execução deste Contrato, conforme determina o Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o artigo 40 da IN nº 05/2017 do MPDG, ficam investidos das respectivas responsabilidades os servidores a seguir descritos, que poderão ser assessorados por outros prepostos nomeados oportunamente:

- a) Gestor: __ nome, matrícula, cargo, função__;
- b) Fiscal Técnico: __ nome, matrícula, cargo, função__;
- c) Fiscal Administrativo: __ nome, matrícula, cargo, função__.

§1º. O CREA-PR poderá, no decorrer do Contrato, alterar quaisquer dos agentes nomeados por força do *caput*, ocasião em que a CONTRATADA será notificada.

§2º. A CONTRATADA se sujeitará à inspeção do objeto executado, e aceitará os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização do CREA-PR, quer seja exercida pelo próprio CREA-PR ou pessoa por este designada, obrigando-se a fornecer todos os dados, relação de pessoal, elementos, esclarecimentos e comunicações julgadas necessárias à execução do objeto.

§3º. O acompanhamento, fiscalização e controle efetuados pelo CREA-PR ou pessoa por ele designada não exime a CONTRATADA da responsabilidade exclusiva pela execução do objeto.

§4º. Aos servidores indicados no *caput* compete, dentre outras atribuições:

- a) Acompanhar, fiscalizar e exigir da CONTRATADA o exato cumprimento dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive quanto às obrigações acessórias;
- b) Prestar à CONTRATADA as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, inclusive as de ordem técnica;
- c) Anotar em registro próprio eventual intercorrência operacional, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas à CONTRATADA;
- d) Encaminhar ao superior imediato eventual relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitem a CONTRATADA às multas ou sanções previstas;
- e) Efetuar o recebimento provisório dentro de cada esfera de atuação, elaborando um relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

conclusão acerca das ocorrências na execução deste Contrato e demais documentos que julgarem necessários, encaminhando-os ao gestor para o recebimento definitivo, conforme as suas orientações procedimentais.

§5º. Compete ao Gestor do Contrato, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Convocar reuniões com a participação dos Fiscais Técnico e Administrativo para esclarecer questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- b) Exigir a correta execução do objeto contratado, determinando eventuais correções à CONTRATADA;
- c) Indicar eventuais glosas no pagamento;
- d) Instaurar processos de averiguação de falhas visando, se for o caso, à aplicação de sanções à CONTRATADA;
- e) Sugerir eventuais alterações contratuais;
- f) Comunicar a falta ou a deficiência de serviços prestados;
- g) Autorizar o faturamento do objeto após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo ou da Certificação da despesa, conforme o caso.

§6º. Compete ao Fiscal Técnico, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Elaborar e assinar o Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante do instrumento contratual ou na ordem de compra e/ou serviços, e do Termo de Recebimento Definitivo;
- b) Avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregue e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato;
- c) Fiscalizar do contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução, verificando a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- d) Aceitar ou recusar o objeto;
- e) Manter o histórico de gestão do contrato, contendo o registro formal de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, com o apoio do Fiscal Administrativo;
- f) Identificar não conformidades na execução do objeto com os termos contratuais.

§7º. Compete ao Fiscal Administrativo, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Verificar, em conjunto com o Fiscal Técnico, a aderência da CONTRATADA aos termos contratuais;
- b) Verificar, com conjunto com o Fiscal Técnico, a manutenção das condições habilitatórias da CONTRATADA;
- c) Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária para fins de pagamento.

§8º. O acompanhamento e fiscalização de que trata esta Cláusula serão exercidos no interesse exclusivo do CREA-PR e não excluem, em hipótese alguma, as responsabilidades da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

A inexecução parcial ou total do objeto do contrato ou a prática dos atos indicados neste item, constatado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993 e neste instrumento, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:

- Advertência, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa da CONTRATADA, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do CREA-PR, a critério da Fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total deste Contrato, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo constantes da alínea seguinte;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CREA-PR, pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme os seguintes parâmetros, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais:

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor total do contrato)	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Crea-PR	
		Mínimo	Máximo
1	0,1 %	Não aplicável	1 mês
2	1 %	1 mês	6 meses
3	3 %	3 meses	12 meses
4	7 %	6 meses	18 meses
5	10 %	12 meses	2 anos

TABELA 2			
Item	Tipificação	Grau da Infração	Incidência
1	Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto.	2	Por empregado em cada ocorrência
2	Suspender ou interromper a execução do objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	3	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos, informações, dependências e/ou equipamentos do Crea-PR que eventualmente tenha acesso, por culpa ou dolo de seus agentes.	4	Por ocorrência
4	Utilizar as dependências, informações, documentos, equipamentos e/ou demais facilidades do Crea-PR para fins diversos do objeto ou sem autorização formal.	4	Por ocorrência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

5	Não executar ou executar com falha serviço e/ou fornecimento previsto, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
6	Permitir situação que origine a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou de consequências letais.	5	Por ocorrência
7	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado em cada ocorrência
8	Não cumprir horário ou prazo estabelecido, ou ainda solicitação decorrente.	2	Por ocorrência
9	Não cumprir determinação formal da fiscalização, inclusive instrução complementar.	2	Por ocorrência
10	Não apresentar, quando solicitada, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária.	1	Por dia em cada ocorrência
11	Não pagar salários e demais verbas trabalhistas, bem como não recolher as contribuições sociais, previdenciárias para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução do Contrato.	4	Por ocorrência
12	Apresentar falha ou omissão no cumprimento da legislação específica (legal ou infralegal), normas técnicas e regulamentares vigentes aplicáveis ao objeto, inclusive que acarrete reprovações junto à fiscalização ou aos órgãos de licenciamento competentes e/ou ao Inmetro (Etiqueta Procel).	1	Por lei ou normativo em cada ocorrência e/ou reprovação
13	Não manter as suas condições de habilitação.	2	Por ocorrência
14	Alterar ou não prestar informação quanto à qualidade, quantidade ou composição de qualquer componente do objeto.	3	Por ocorrência
15	Atrasar o término da prestação de serviços.	1	Por dia em cada ocorrência
16	Apresentar documentação e/ou informação falsa; fraudar a execução da obrigação assumida; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal.	5	Por ocorrência
17	Apresentar falha ou omissão na utilização da metodologia BIM (<i>Building Information Modeling</i>) para desenvolvimento dos projetos, planejamento e orçamento, em todas as suas etapas, disciplinas e dimensões.	2	Por ocorrência
18	Apresentar falha ou omissão na técnica e qualidade dos estudos e projetos em todas as suas etapas e disciplinas.	2	Por ocorrência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

19	Apresentar falha ou omissão na forma de entrega dos estudos e projetos em todas as suas etapas e disciplinas.	2	Por ocorrência
20	Apresentar falha ou omissão na composição de uma equipe técnica de profissionais habilitados, em quantidade adequada, com formações técnicas condizentes e experiência na execução de serviços tecnicamente semelhantes.	3	Por ocorrência
21	Retardar ou falhar a execução da obrigação assumida, bem como para as demais falhas na execução não especificadas nos itens anteriores.	3	Por ocorrência

§1º. Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo a rescisão por inadimplência, quando houver paralisação da prestação dos serviços, de forma injustificada, por mais de 10 (dez) dias ininterruptos, ocasião que dará origem a uma multa no valor de 15% (quinze por cento) da parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.

§2º. Também será considerada inexecução parcial do contrato nos casos em que a CONTRATADA se enquadre em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na seguinte tabela, durante a vigência do referido instrumento, ocasião em que se originará a rescisão contratual por inadimplência, sem prejuízo da incidência dos valores das multas previstos nas tabelas 1 e 2:

TABELA 3	
Grau da infração	Quantidade de Infrações
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	2 ou mais

§3º. Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos a rescisão por inadimplência, ocasião em que incidirá multa no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato quando:

- Houver atraso injustificado para o início da execução do objeto por mais de 05 (cinco) dias;
- O objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender às especificações deste instrumento.

§4º. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CREA-PR, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

§5º. O CREA-PR observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao CREA-PR ou a terceiros.

§6º. Na aplicação das sanções o CREA-PR considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87, da Lei nº 8.666/1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§7º. Na hipótese de a CONTRATADA não possuir valor a receber do CREA-PR e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do Crea-PR, podendo ainda proceder à cobrança judicial.

§8º. O Crea-PR, cumulativamente, poderá:

- a) Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
- b) Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente do pagamento a ser efetuado à Contratada, independentemente de notificação extrajudicial.

§9º. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§10. As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas no cadastro da CONTRATADA junto ao SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUSPENSÃO E PARALISAÇÃO

Reserva-se ao CREA-PR, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber somente os valores dos serviços efetivamente executados, a serem apurados na respectiva medição.

Parágrafo único: é vedado à CONTRATADA interromper a execução do objeto sob a alegação de inadimplemento por parte do CREA-PR, salvo nos casos previstos em lei

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

As dúvidas na execução dos termos aqui estabelecidos, que modifiquem ou alterem sua substância, serão objetos de novos acordos, consubstanciados em aditivos a este Contrato. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se atendida à legislação em vigor, tomada expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CONTROLE

A CONTRATADA admite e reconhece ao CREA-PR, o direito de controle administrativo do presente Contrato, sempre que assim exigir o interesse público.

§1º. Compreende-se como controle administrativo deste Contrato, o direito de o CREA-PR supervisionar, acompanhar, fiscalizar a sua execução a fim de assegurar a fiel observância de suas Cláusulas e a realização do seu objeto, principalmente quanto aos aspectos técnicos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§2º. Caso seja constatado, durante a execução dos serviços, alguma divergência nos projetos e/ou especificações do objeto deste instrumento, a CONTRATADA deverá, imediatamente e formalmente, solicitar esclarecimentos ao CREA-PR. As obras e/ou serviços executados de maneira incorreta, serão corrigidos pela CONTRATADA sem qualquer ônus para ao CREA-PR e sem prejuízo na aplicação de qualquer sanção prevista no Edital ou neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação.

§2º. A CONTRATADA indica como seu representante junto ao CREA-PR o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF sob n.º _____, telefone fixo n.º _____, telefone móvel n.º _____, e-mail _____, endereço _____, o(a) qual, durante o período de vigência do contrato, será a pessoa a quem o CREA-PR recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução de eventuais pendências ou falhas que porventura venham a surgir durante o fornecimento contratado.

§2º. A CONTRATADA se obriga a tratar todas as informações a que tenha acesso em função deste Contrato em caráter de estrita confidencialidade, agindo com diligência para evitar sua divulgação verbal ou escrita ou permitir o acesso, seja por ação ou omissão a qualquer terceiro.

§3º. A CONTRATADA se declara ciente de que a violação das obrigações assumidas nos termos deste Contrato implica em sua responsabilização civil e criminal por seus atos e omissões, e pelas perdas e danos a que der causa, seja diretamente ou através de terceiros, exceto na hipótese devidamente comprovada de caso fortuito ou força maior, devendo, tão logo constate a incidência das exceções indicadas, também sob a pena de responsabilidade, comunicar de imediato ao CREA-PR.

§4º. A CONTRATADA se declara ciente que é a única responsável pela execução do objeto, incidindo sobre ela a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas, independentemente dos atos e/ou omissões de eventual preposto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa correrá à Conta n.º _____ - empenho _____, consignados em orçamento próprio do CREA-PR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CREA-PR, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne, para solução de qualquer pendência ou dúvida resultante deste instrumento.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento.

Curitiba, ____ de _____ de 20__.

CREA-PR

CONTRATADA

Vistos do CREA-PR: